

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-IPARDES

SUBSÍDIOS AO DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DO PARANÁ
INDÚSTRIA E AGRICULTURA -
ANÁLISE PRELIMINAR

VOLUME I

CURITIBA
ABRIL/1978

APRESENTAÇÃO

A Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES apresenta o estudo "Subsídios ao Diagnóstico Sócio - Econômico do Paraná", resultado de convênio entre a Secretaria de Estado do Planejamento e este Instituto. Ressalta-se também, a colaboração da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL que destinou recursos, visando aprimorar a qualificação da equipe executora.

Levando-se em conta as características e a metodologia, o trabalho foi dividido em 3 (três) volumes, ou seja:

Volume I - Traça, em suas linhas gerais, as origens dos processos complementares de industrialização e de constituição da economia nacional unificada; e os principais aspectos do desenvolvimento da economia nacional, nos seus aspectos regionais.

Volume II - Apresenta as análises da evolução dos setores: agricultura e indústria do Paraná, em relação à evolução dos agregados nacionais destes setores, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Apresenta ainda uma análise do papel das políticas de comércio exterior como fator da unificação da economia nacional.

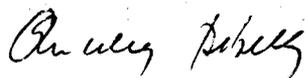
Volume III - Reúne a III Parte e o Anexo. Na III Parte realiza-se uma discussão conjunta dos resultados obtidos nas partes anteriores. No Anexo apresenta-se os resultados parciais de dois "projetos - piloto": o primeiro, destinado à análise da evolução da infraestrutura ferroviária no Paraná; e o segundo, uma avaliação

dos efeitos das políticas cafeeiras do Governo Federal sobre a evolução da cafeicultura paranaense. Ambos os estudos são iniciais e demandam uma soma maior de recursos para sua concretização global. Isto, é evidente, não invalida seu conteúdo, tão pouco os seus méritos.

As características dos trabalhos de pesquisa ora apresentados, e que terão seqüência, pretendem formar o embasamento, pelo menos parcial, do próximo programa de Governo.

Foram coordenadores deste trabalho:

Maria Luiza Marques Dias e Claus M. Germer.



Presidente do IPARDES

SUMÁRIO

VOLUME I

APRESENTAÇÃO	2
PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO: DO "ARQUIPÉLADO" REGIONAL À ECONOMIA NACIONAL	13
I PARTE - AS ORIGENS DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO SUDESTE	
I - AS ECONOMIAS REGIONAIS E O DESENVOLVIMENTO MERCANTIL...	28
1.1 - AS ECONOMIAS REGIONAIS NO BRASIL.....	28
1.2 - A ECONOMIA RURAL COMO "COMPLEXO RURAL".....	33
1.3 - O SURGIMENTO DA INDÚSTRIA NAS ECONOMIAS REGIONAIS	40
2 - OS PRIMÓRDIOS DA UNIFICAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL	47
2.1 - O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	52
2.2 - COMÉRCIO INTER-REGIONAL A PARTIR DO SUDESTE.....	60
2.3 - A DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA PAULISTA	68
2.4 - NASCIMENTO E EXPANSÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO	71
2.5 - CONCLUSÕES	74

3 - A UNIFICAÇÃO CONSUMADA: EXPANSÃO INDUSTRIAL, DESTRUICÃO DO "COMPLEXO RURAL" E MIGRAÇÕES INTERNAS.....	80
3.1 - AS MIGRAÇÕES INTERNAS	82
3.2 - A "NACIONALIZAÇÃO" DO CAPITAL INDUSTRIAL DO SUDESTE	85
3.3 - CONCLUSÕES	99

VOLUME II

II PARTE - A AGRICULTURA E A INDÚSTRIA NA ECONOMIA NACIONAL

4 - AGRICULTURA - INTRODUÇÃO	110
4.1 - ANÁLISE INTER-REGIONAL	112
4.1.1 - Composição Regional da Renda Interna Nacional	112
4.1.2 - Composição Setorial da Renda Interna Nacional	113
4.1.3 - Composição Regional da Renda Interna Nacional, por setor	114
4.1.4 - Distribuição geográfica da população e Renda per capita	120
4.1.5 - Composição setorial da Renda Interna Regional	125
4.1.6 - A agricultura como base da Economia das Regiões não industriais	128
4.1.7 - A agricultura na Economia Nacional	131
4.1.8 - Tabelas Complementares	138

4.2 - ANÁLISE DA REGIÃO SUL.....	143
4.2.1 - Participação dos Estados na Renda	
Interna Nacional	143
4.2.1.1 - Renda Total	143
4.2.1.2 - Renda dos setores	145
4.2.1.3 - Renda per capita relativa total.....	153
4.2.1.4 - Renda per capita relativa seto- rial	155
4.2.2 - Posição dos Estados na Região Sul.....	157
4.2.2.1 - Renda total	157
4.2.2.2 - Renda setorial	158
4.2.2.3 - Renda per capita relativa glo- bal	163
4.2.2.4 - Renda per capita relativa seto- rial	165
4.2.2.5 - Renda per capita rural relativa	167
4.2.3 - Composição setorial da renda da Região Sul	167
4.2.4 - Composição setorial da renda dos Estados	168
4.2.5 - A agricultura na Região Sul e no Paraná	169
4.2.6 - Tabelas Complementares	175
 5 - INDÚSTRIA	 179
5.1 - INTRODUÇÃO	179
5.2 - COMPOSIÇÃO DO SETOR SECUNDÁRIO SEGUNDO A RENDA E O PRODUTO	184

5.2.1 - Renda Interna	185
5.2.2 - Produto e Emprego	188
 5.3 - A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: SUA ESTRUTURA E SUA DESAGREGAÇÃO REGIONAL.....	 202
5.3.1 - Indústria Tradicional e Dinâmica	210
5.3.2 - Estrutura Industrial por Catego- rias de Demanda	228
 ANEXO A - Observações Referentes às Informações Censitárias	 241
 ANEXO B - Procedimentos adotados na estimativas de 1973	 250
 ANEXO C - Quadros Estatísticos.....	 260
 6 - POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR COMO FATOR DE UNIFICAÇÃO DO ESPAÇO ECONÔMICO NACIONAL - INTRODUÇÃO	 271
 6.1 - PERÍODO 1947/53	273
6.2 - PERÍODO 1953/57	279
6.3 - PERÍODO 1957/61	284
6.4 - PERÍODO 1961/64	286
6.5 - PERÍODO 1964/68	295
6.6 - PERÍODO 1968/75	301
6.7 - CONCLUSÃO	306
 VOLUME III 	
III PARTE - DISCUSSÕES DOS RESULTADOS GERAIS E ANEXOS	
 7 - DISCUSSÕES DOS RESULTADOS GERAIS	 325

ANEXO I - INVENTÁRIO DA INFRA-ESTRUTURA ESTADUAL	360
1 - INTRODUÇÃO	361
2 - OBJETIVOS	362
3 - METODOLOGIA.....	363
4 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO	366
4.1 - INTRODUÇÃO.....	367
4.2 - CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FERROVIÁRIO BRASILEIRO	369
4.3 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS FERROVIAS NO PARANÁ	381
4.4 - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DAS FERROVIAS NO PARANÁ	392
4.5 - CARACTERÍSTICAS DE UTILIZAÇÃO DAS FER- ROVIAS NO PARANÁ	392
4.6 - CONCLUSÃO	410
ANEXOS	
ANEXOS II - EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS CAFEEIRAS	429
EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS CAFEEIRAS - INTRODUÇÃO	430
1 - ORIENTAÇÃO À PRODUÇÃO INTERNA E REFLEXOS DO MER- CADO EXTERNO.....	432
2 - DIRETRIZES PARA OS ACORDOS INTERNACIONAIS	452
3 - CONCLUSÕES	462
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	471
EQUIPE TÉCNICA	477

PREFÁCIO

Este documento contém o relatório preliminar das Análises setoriais da agricultura e da indústria paranaenses. Estas análises constituem uma parte, em escala reduzida, dos objetivos originalmente visados pelo projeto do Diagnóstico Global Sócio-Econômico do Estado do Paraná. Dimensionado segundo expectativas otimistas em relação aos recursos necessários para financiar sua realização, tinha aquele diagnóstico o objetivo central de fornecer uma visão abrangente e integrada do papel da economia e da sociedade paranaenses no cenário nacional, na sua trajetória recente e nas perspectivas do seu futuro. Frustradas aquelas expectativas, foram o âmbito e os objetivos da pesquisa sucessivamente reduzidos de dimensão, limitando-se correspondentemente o alcance dos resultados que poderia vir a oferecer.

Assim, o projeto original foi finalmente reduzido a um conjunto de análises setoriais isoladas, cada uma das quais dedicada a um dos setores econômicos em que formalmente se divide a economia. O montante limitado de recursos obtidos impôs a formação de equipes pequenas, resultando em um dimensionamento dos objetivos das pesquisas que envolviam apenas uma parte do que era originalmente pretendido.

Nestas condições, as análises agora apresentadas resulta-

ram limitadas tanto em abrangência quanto em profundidade. Do ponto de vista da abrangência, optou-se por análises que se concentrassem na evolução recente de cada setor estadual, enquanto parte do setor nacional correspondente, isto é, na evolução da importância e das características estaduais em relação ao setor a nível nacional. Isto implicava, portanto, em adiar para uma etapa posterior, se isto se tornasse possível, a análise das características de cada setor ao nível estadual. Esta opção, sem dúvida limitativa mas inevitável, fundou-se no reconhecimento de que a economia estadual pouco tem de autônoma ou autodeterminada, constituindo antes de tudo a parte da economia nacional que se localiza e desenvolve dentro dos limites estaduais. Assim sendo, o conhecimento das relações desta parte com o todo que contribui para constituir, seria um passo indispensável para o conhecimento significativo da constituição interna e das perspectivas de cada setor estadual.

A limitação quanto à profundidade da pesquisa refere-se ao nível de desagregação, ou de detalhe, que a análise poderia alcançar. O nível de detalhe teria que ser, necessariamente, pequeno, dadas as restrições já apontadas. Aqui, uma restrição adicional deve ser mencionada, referente aos objetivos visados por uma pesquisa. A metodologia empregada é função dos recursos disponíveis e do objetivo estabelecido. Na ausência de um objetivo definido, que delimite precisamente o objetivo da pesquisa, o detalhamento torna-se problemático quando há restrição de recursos, portanto de pessoal técnico. Face à restrição de recursos, desagregar a economia implica concentrar-se em certos de seus aspectos ou partes, abandonando portanto os restantes. Quanto maior o nível de desagregação, mais estreito deve tornar-se o

campo da pesquisa, na medida em que os recursos permaneçam os mesmos. Assim, desconhecendo-se os objetivos do plano ao qual deve servir o diagnóstico, resulta que quanto maior o nível de generalidade deste, maior a probabilidade de que venha a cumprir seu papel de subsídio ao planejador. Ao mesmo tempo, porém, menor a possibilidade de que contribua para o equacionamento dos seus objetivos específicos.

O relatório ora apresentado deve ser lido, portanto, tendo em conta o contexto em que foi produzido, sendo parcial quanto à abrangência e limitado quanto à desagregação das variáveis analisadas. Todavia, dentro destes limites, acredita-se que oferece indicações substantivas quanto a algumas características gerais da "economia paranaense", o panorama histórico em que se desenvolveu e uma antevisão - arriscada como qualquer outra - do futuro.

As análises contidas neste relatório não se referem à "situação atual" das atividades econômicas em território paranaense, não identificando, por conseguinte, "pontos de estrangulamento" conjunturais e soluções a curto prazo. Isto decorre tanto do enfoque geral original do diagnóstico quanto das restrições já apontadas. As análises obedeceram, na medida do possível, ao enfoque metodológico esboçado no Marco Geral do Diagnóstico. As características gerais da análise são as seguintes:

Em primeiro lugar, procurou-se identificar as tendências de longo prazo dos agregados econômicos obtidos dos Censos Econômicos a partir de 1940 e das séries mais recentes das Contas Nacionais, tanto a nível nacional, quanto regional e estadual. Es-

tas tendências não podem, evidentemente, ser projetadas para a frente arbitrariamente nem ser compreendidas devidamente sem que se conheça as condições históricas que lhes conferiram a conformação específica que apresentam. Por isto se fez, em segundo lugar, uma tentativa de identificar as características mais importantes da evolução economia brasileira que deram origem às tendências apresentadas pelos agregados. Somente assim possível formular hipóteses a respeito do comportamento destes agregados no futuro. Em vista da amplitude desta tentativa, ou por ser excessivamente ambiciosa, não poderia deixar de ser relativamente superficial e incompleta. Todavia, acredita-se que dela derivaram indicações e uma "visão de conjunto" da realidade, que permitem esperar que a continuação desta linha de pesquisas traga resultados promissores.

Finalmente, é de toda justiça reconhecer que, entre os "recursos" que limitam o alcance de uma pesquisa, incluem-se a qualificação e a experiência dos técnicos que a realizam. Embora as equipes, desafiadas por um tema realmente fascinante, tenham se empenhado com dedicação no trabalho, não podem deixar de reconhecer o papel das suas limitações pessoais, de modo especial dos que as dirigiram, nos resultados alcançados.

INTRODUÇÃO: DO ARQUIPÉLAGO REGIONAL À ECONOMIA NACIONAL

Os limites estaduais e regionais - A proposição de estudar a evolução da economia paranaense exige, de antemão, a formulação precisa do objeto constituído por esta "economia paranaense".

Costuma-se afirmar que os limites estaduais apenas envolvem espaços político-administrativos, não constituindo "fronteiras econômicas", ou seja, nada tendo a ver com os contornos externos de espaços econômicos. Em outras palavras, os espaços econômicos não coincidem com os espaços político-administrativos, extravazando-os. Em uma instância extrema, os limites estaduais delimitariam espaços estritamente político-administrativos contidos dentro de um espaço econômico único constituído pela economia nacional.

O mesmo se poderia dizer a respeito das grandes regiões que compõem o país. Todavia, a despeito do fato de que os limites precisos destas regiões sejam objeto de divergências desde a sua primeira instituição, não parece haver objeções sérias à idéia de que o espaço econômico nacional seja composto de subespaços (as grandes regiões), cujas características distintivas lhes dão, a cada uma, uma personalidade própria. Assim, os estados extremos do Nordeste (Maranhão, ao Noroeste, Sergipe e

Bahia ao Sudeste) tem sido colocados ora em uma, ora em outra região, mas a existência de uma região com características distintas dentro do quadro nacional - o Nordeste - não tem sido disputada.

O fato de que, até época bem recente, a economia brasileira não constituía uma economia nacional, mas um conjunto de economias regionais mais ou menos autônomas, é reconhecido pela maioria dos autores que trataram de diferentes aspectos do recente desenvolvimento brasileiro. Embora algumas importantes implicações desta realidade não tenham sido tratadas em profundidade, são elas de grande importância para a percepção das realidades regionais, tanto do ponto de vista da sua evolução nas décadas mais recente, quanto do ponto de vista do seu futuro imediato.

Villela e Suzigan afirmam que o Brasil, no fim da II Guerra Mundial, não passava "de um conjunto de ilhas econômicas semi-independentes e com diferentes níveis de desenvolvimento"¹.

Carlos Lessa aponta a "presença no território brasileiro de distintos sistemas econômicos primário-exportadores, e do fato de apenas um deles, a região centro-sul, ter engendrado um processo substitutivo. A relativa autonomia da evolução deste pólo não deflagrou, senão tardiamente, um processo de integração horizontal. Apenas nos últimos anos começa a se delinear um mo-

¹VILLELA, A.V. & SUZIGAN, W. Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889 - 1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975. p. 369.

vimento expansivo da região mais desenvolvida e paralela dinamização das antigas regiões estancadas" (p.50). Mais adiante, refere-se à existência, no país, de "sistemas produtivos em distintas fases históricas de transformação, como responsável pela "ausência de coordenação, sequer parcial, dos instrumentos de política econômica nas fases anteriores ao Plano de Metas"².

De modo idêntico expressava-se o Prof. José Francisco de Camargo: "Não se exageraria, pois, afirmando que a renda nacional no nosso país é, na sua origem geográfica, muito mais regional que propriamente nacional, devendo-se tal peculiaridade à grande extensão territorial do país e à diversidade no ritmo de desenvolvimento da sua estrutura econômico-social em seus aspectos regionais"³ (Camargo, p. 208). A mesma interpretação transparece em Nícia Vilela Luz quanto, no encerramento do seu livro, se refere "aos diversos estágios econômicos das sociedades que compõem o seu vasto território"⁴. Em suma, a economia brasileira, até o período compreendido entre 1930 e 1945, pode ser mais bem caracterizado como um " 'arquipélago' de economias regionais..., determinadas sobretudo pelas suas relações com o exterior"⁵.

² LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica. São Paulo, Brasiliense, 1975. p. 55.

³ CAMARGO, J. F. Êxodo rural no Brasil; formas causas e consequências econômicas principais. Rio de Janeiro, Conquista, 1960. p. 208.

⁴ LUZ, N.V. A luta pela industrialização do Brasil 1808 a 1930. 2 ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975. p. 203.

⁵ OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 64.

A existência de regiões econômicas autônomas dentro do país tem sido atribuída, por vezes, à dimensão continental do nosso país e à falta de meios de comunicação satisfatórios. Isto apenas é verdade em parte. Foi dito anteriormente que a existência destas regiões e a sua autonomia se deveu ao fato de cada uma inserir-se na divisão internacional do trabalho através de um produto de exportação. O papel desempenhado pela extensão territorial do país reduz-se ao fato de que o país era suficientemente grande para conter diversos complexos exportadores diferentes. Mas o isolamento entre as regiões foi resultado do caráter colonial da economia brasileira. A faixa litorânea do leste dos Estados Unidos, muito menor que a brasileira, também se constituiu, nos primórdios da colonização, em diversas economias relativamente isoladas, cada uma delas estabelecendo intercâmbio com o exterior com base em certos produtos específicos. Por outro lado, a extensão igualmente continental daquele país não impediu que, desde cerca de meados do século passado, se constituísse nele uma economia nacional unificada.

Assim, não foi a falta de meios de comunicação que provocou o isolamento das diversas regiões, mas, ao inverso, o isolamento delas, a inserção delas na economia mundial como razão de ser da sua existência é que as manteve isoladas umas das outras.

Efetivamente, a base desta divisão do território em regiões encontra-se nas origens da economia brasileira: a exploração dos seus recursos naturais para a obtenção de produtos de interesse da metrópole colonial ou, mais recentemente, dos mercados internacionais. Assim, o Nordeste abrigou o complexo exportador canavieiro; o Brasil Central (especialmente Minas Ge-

rais) destacou-se pela exploração das minas de ouro e pedras preciosas; na Região do Rio de Janeiro e São Paulo floresceu o complexo exportador cafeeiro; o Norte passou à história graças ao efêmero mas intenso ciclo da borracha; e o Extremo-Sul notabilizou-se por uma trajetória sui generis, devido ao seu caráter de região fronteira sujeita a constantes disputas internacionais, a ausência de produtos nobres de exportação e a colonização européia.

Cada uma destas regiões deveu sua formação econômica à sua aptidão para o fornecimento de um ou de poucos produtos capazes de serem colocados no mercado internacional. Cada região, portanto, deveu sua existência à sua inserção particular na divisão internacional do trabalho característica do Antigo Sistema Colonial, em uma primeira fase, e da economia mundial constituída após a Revolução Industrial, logo a seguir.

Algumas linhas de intercâmbio comercial foram estabelecidas entre algumas destas regiões, ao longo da história brasileira, até as primeiras décadas do século XX. Todavia, estas ligações nunca foram permanentes e jamais comprometeram a individualidade das regiões envolvidas, não conseguindo fundir as diversas economias regionais em uma única economia nacional. Este é um fenômeno do nosso século e dos nossos dias.

A razão pela qual esta soma de economias regionais conseguiu manter a unidade política não cabe ser discutida aqui. Apenas deve ser lembrado que ela se deve, em parte não desprezível, à organização administrativa do império colonial português e às condições em que o Brasil obteve a sua independência política, no

início do século XIX. Entretanto, a existência de significativas formas de repulsão entre estas regiões pode ser ilustrada pelos diversos movimentos autonomistas que marcaram a primeira metade do século XIX.

Esta sumária incursão histórica pretende apenas destacar dois aspectos da evolução econômica recente do Brasil: primeiro, que a redução de limites regionais ou estaduais a simples limites político-administrativos é excessivamente simplista e, em segundo lugar, que o movimento de fusão dos limites inter-regionais e interestaduais (em alguns casos) e de constituição de uma economia nacional unificada, é fenômeno recente e ainda não completado.

É certo, porém, que os limites estaduais constituem, em muitos casos, linhas divisórias de origem e natureza diversas dos limites regionais. Enquanto estas delimitaram subsistemas econômico-sociais com características distintivas, aqueles constituem subespaços regionais cujas especificidades, origens e funções não são tão claras quanto as primeiras.

A unificação do espaço econômico no Brasil - As bases para a unificação econômica do país foram lançadas, inquestionavelmente, na primeira metade do século passado, no decurso de um período de convulsões político-militares que se encerraram por volta de 1850, e que tornaram possível a unificação política do país. Esta unidade política constitui, sem dúvida, um dos pressupostos indispensáveis à unificação econômica. Esta, por sua parte, tem seus fundamentos nas transformações econômico-sociais que se operaram durante a segunda metade do século passado, es-

pecialmente no complexo exportador cafeeiro (mas não apenas nele), e que lançaram as bases da industrialização brasileira.

A unificação política não há de ter constituído, obviamente, um acontecimento que tenha resultado da supressão das diferenças inter-regionais ou as tenha promovido. Os compromissos recíprocos que marcaram a unificação e que subentendem a manutenção das diversidades regionais, não podem ser esclarecidas no âmbito desta pesquisa. Entretanto, é preciso ter em mente que a individualidade econômica de cada região não foi, nem poderia ter sido, eliminada à época. Portanto, embora não possa haver dúvida de que a unificação política foi um pressuposto da posterior unificação econômica, isto está longe de significar que ela tenha sido seu determinante único, ou sequer principal.

Esta unificação econômica só poderia ocorrer com o desenvolvimento de uma economia de mercado fundada na industrialização, isto é, que implica o progressivo aprofundamento da divisão do trabalho e, portanto, do desenvolvimento de um mercado interno crescente. Isto porque, entre outras coisas, a constituição de uma economia de dimensão nacional exigiria um desenvolvimento da capacidade produtiva capaz de fornecer os equipamentos de todos os tipos, aptos a apoiar materialmente a unificação e, inversamente, apenas um mercado de dimensões nacionais seria capaz de proporcionar as bases para atividades econômicas de grande envergadura.

A análise das etapas sucessivas deste processo, a partir da unificação política, não cabe também neste estudo. Basta referir que o processo foi relativamente lento até cerca de 1930 .

A partir da crise econômica desta década, aceleram-se tanto a industrialização quanto a unificação do espaço econômico, que são fenômenos paralelos e complementares.

Entre as características do desenvolvimento industrial brasileiro a partir desta época, deve se destacar o fato de que, conquanto algum tipo de estrutura industrial houvesse se desenvolvido nas demais regiões, é a indústria da região Sudeste (especialmente aquela localizada em São Paulo) que tem condições de constituir-se em indústria nacional. O desenvolvimento ulterior desta indústria implicava escalas de produção incompatíveis com os limites da própria região.

A crise política concomitante com a crise econômica e as profundas transformações institucionais implantadas após 1930 constituem o marco de transição da economia dominada pelo capital cafeeiro para a economia dominada pelo capital industrial. O setor industrial passa a ser o setor dinâmico da economia, impondo um novo padrão de acumulação em substituição àquele que caracterizava a economia exportadora. Ao novo quadro econômico corresponderia uma reformulação das relações interregionais que correspondessem às exigências das transformações econômicas que evoluíam no sentido de uma economia de mercado unificada.

Alguns acontecimentos significativos podem ser apontados, como sintomas destas transformações:

1 - A gradativa obsolescência do sistema de transporte ferroviário, implantado para atender a uma economia exportadora e caracterizado pelo traçado zona produtora-porto, e a lenta emergência do transporte rodoviário (especialmente a partir da década

da de 1920);

2 - A abolição, no início dos anos 30, das barreiras alfandegárias estaduais, eliminando um importante obstáculo ao comércio interior;

3 - O controle do câmbio pelo governo federal, permitindo que o comércio exterior fosse orientado pelos interesses ascendentes do setor industrial;

4 - A formulação, nos anos 30, dos primeiros planos viários de âmbito nacional;

5 - A substituição de importações agrícolas, que particularmente se completou durante a I Guerra Mundial;

6 - O surgimento dos grandes movimentos migratórios internos, especialmente a partir dos anos 30, rompendo as barreiras políticas (de que falam Graham e Hollanda) anteriormente opostas às migrações internas;

Estes acontecimentos constituem reflexos da ascensão do setor industrial a setor dinâmico da economia brasileira. Esta ascensão implica uma reformulação das relações inter-regionais, em termos econômicos, políticos e administrativos.

Estes acontecimentos marcam a passagem a um novo padrão de acumulação na economia brasileira: o capital cafeeiro cede lugar ao capital industrial. Assim como o capital cafeeiro era, ao mesmo tempo, capital agrário, capital comercial e capital industrial, sujeitos embora ao movimento de acumulação do capital cafeeiro, o novo capital industrial dominante será também capital agrário, comercial e industrial, mas agora sujeitos ao movimento de acumulação típico do capital industrial.

Se a década de 30 é decisiva na passagem do domínio do capital cafeeiro para o capital industrial, isto não significa que esta década marque o início da industrialização. Ela se caracteriza, isto sim, como um tempo de transição, como o fim de uma e o início de outra etapa do desenvolvimento industrial. Mas, especificamente, pelo início da passagem do capital industrial de uma posição subordinada para uma posição dominante. Os acontecimentos que marcam esta passagem não poderiam ser explicados se não pela existência de uma etapa prévia em que o capital industrial lançou as bases que permitiram o salto dado a partir de 1930.

Este salto implica vários aspectos, ou tem várias faces: de um lado, ele exige a conquista da hegemonia política para os representantes do capital industrial, especificamente para o capital industrial desenvolvido no complexo exportador cafeeiro; de outro lado ele exige o domínio do capital industrial sobre o movimento geral do capital a nível nacional. O comércio exterior, o comércio interior, o capital agrário e o capital industrial de todas as regiões do país devem ser subordinados às necessidades do capital industrial hegemônico, isto é, do capital industrial gerado no complexo exportador cafeeiro. Em termos práticos:

1) a escala exigida para um novo salto da indústria há de corresponder não mais a um mercado regional, mas deve englobar todo o mercado nacional;

2) o comércio exterior deve servir não mais às atividades agrário-exportadoras mas às necessidades de equipamento, defesa de mercado e abastecimento do capital industrial.

Isto equivale a que as diversas economias regionais devem

dissolver-se e refundir-se numa economia nacional unificada. Isto não é uma brilhante descoberta de tecnocratas da década de 30, mas uma imposição das linhas de evolução indicadas pelo desenvolvimento anterior da economia de mercado no Brasil. A centralização político-administrativa não decorre de um deliberado desejo de distribuir com mais eficiência uma soma limitada de recursos escassos, mas da conquista da hegemonia econômica e política de um capital industrial cuja evolução exige a centralização e unificação dos mercados.

Os termos da transição do capital cafeeiro ao capital industrial e da consolidação deste exigiram a implantação de uma nova organização político-administrativa, em substituição à antiga. A paulatina configuração desta nova organização, voltada para a consolidação das tendências inerentes ao desenvolvimento industrial e para o atendimento de necessidades sempre novas da acumulação de capital, cristalizou-se no que acabou por se chamar "planejamento". O que se deseja deixar claro é que este "planejamento", longe de significar a imposição de "eficiência" onde antes reinava o caos (graças aos conhecimentos teóricos "puros" de uma tecnocracia recém-descoberta), refletia, isto sim, o movimento de implantação da estrutura político-administrativa correspondente a um novo padrão de acumulação.

Note-se que a implantação deste arcabouço político-institucional não se fez nos moldes determinísticos frequentemente imaginados, isto é, não existia um "modelo" acabado de um certo e preciso tipo de organização econômica e político-institucional que se desejasse construir, de modo que cada medida se justificasse como peça premeditada deste modelo pré-concebido. Esta con-

cepção supõe que o "hoje", tal como existe, resultou da premeditada ação dos formuladores privilegiados de um "modelo" acabado.

Pelo contrário, o planejamento expressou, sempre, as necessidades imediatas e refletiu o resultado de conflitos agudos entre interesses e necessidades muitas vezes divergentes. As soluções para cada problema específico, em cada tempo determinado, foram traçando os contornos do "hoje", de um hoje que jamais esteve previamente determinado. O desenvolvimento da indústria foi um processo conflitivo, que envolveu violentos confrontos de interesses; não foi linear e uniforme, mas cheio de altos e baixos, avanços e recuos. Alguns aspectos destas lutas estão muito bem retratados na obra de Nícia Vilela Luz: "A Luta pela Industrialização do Brasil".

0. Ianni expressa-se no mesmo sentido:

"Nos anos de 1930 a 1945, o governo brasileiro, sob Getúlio Vargas, adotou uma série de medidas econômicas e realizou inovações institucionais que assinalaram, de modo bastante claro, uma fase nova nas relações entre o Estado e o sistema político-econômico. Todavia, as medidas econômico-financeiras adotadas, as reformas político-administrativas realizadas e a própria reestruturação do aparelho estatal, não foram o resultado de um plano preestabelecido. E, muito menos, foram o resultado de um estudo objetivo e sistemático das reais condições preexistentes. O próprio desenrolar das soluções adotadas após 1930 mostra que o governo foi respondendo aos problemas e dilemas conforme eles apareciam no seu horizonte político, por injunção de interesses e pressões econômicas, políticos-sociais e militares"⁶.

⁶ IANNI, O. Estado e planejamento econômico no Brasil 1930-1970, 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. p.145.

Entretanto, o desenvolvimento das forças produtivas se dava no sentido da industrialização, primeiro da sua consolidação sob o regime primário-exportador, mais tarde da sua hegemonia. E este desenvolvimento é que empresta ao processo contraditório uma direção e um sentido.

Portanto, os acontecimentos político-administrativos posteriores a 1930 refletem as instâncias institucionais de um processo econômico: por um lado, a transição a um novo padrão de acumulação - do capital cafeeiro ao capital industrial: de outro lado, a unificação do espaço econômico, requisito indispensável à expansão do capital industrial. Este processo levou de roldão a organização político-administrativa prévia e iniciou a decomposição dos sistemas econômicos "regionais" previamente existentes. É dispensável lembrar que este processo ainda não pode ser considerado terminado.

Após a II Guerra Mundial o setor industrial dá os passos decisivos para a efetivação da sua supremacia na economia nacional: o capital industrial do Sudeste estende sua influência a todo o país, unificando a economia nacional; durante a década de 1950 inicia-se a implantação de um setor de bens de capital, requisito indispensável à consolidação da industrialização; finalmente, a ação estatal concentra-se, através da política econômica e do investimento direto, em viabilizar a expansão industrial e a unificação da economia nacional.

Estas transformações modificam, a partir de 1930, a fisionomia de todo o país. As regiões de povoamento antigo sofrem reajustamentos por vezes severos para se ajustarem à nova reali-

dade, e regiões novas são criadas. Dentre elas cabe papel de destaque ao Paraná, cuja ocupação é um capítulo do processo de industrialização e unificação econômica. Assim sendo, a evolução sócio-econômica do Paraná não pode ser compreendida senão no contexto do desenvolvimento conjunto da economia brasileira e, de modo especial, do processo recente de fusão das diversas economias regionais numa economia nacional unificada. É neste contexto que se tentará analisar a evolução recente do Paraná. Não se trata, porém, de "fazer história" do Paraná. Trata-se, isto sim, de encontrar as causas pelas quais a evolução econômica conferiu ao Paraná as características que apresenta hoje. Se estas características devem ou podem ser alteradas, somente poderá ser avaliado pela possibilidade de que aquelas causas tenham se alterado ou possam vir a ser alteradas.

Um estudo que se limitasse a colocar em evidência as características atuais da economia paranaense seria meramente descritivo, mas não explicativo. As propostas de mudança destas características seriam superficiais e arbitrárias, na medida em que desconheciam as suas causas. Assim, atuando apenas sobre os efeitos, deixariam intocadas em suas causas e seriam, portanto, inócuas.

I PARTE - AS ORIGENS DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO SUDESTE

1. AS ECONOMIAS REGIONAIS E O DESENVOLVIMENTO MERCANTIL

1.1. AS ECONOMIAS REGIONAIS NO BRASIL

As regiões geo-econômicas mais significativas do país constituíram-se sobre a base de sucessivos surtos de exportação. Cada um deles apresentou uma fase ascendente, um auge e posterior declínio enquanto região de economia exportadora dinâmica.

Estas regiões são, principalmente; o nordeste canavieiro/algodoeiro; a região das minas, especialmente Minas Gerais; a região cafeeira (Rio de Janeiro, São Paulo e parte de Minas Gerais); a região da borracha (Amazônia) e, finalmente, o Extremo-Sul.

O desenvolvimento destas regiões apoiou-se no trabalho escravo. De modo geral, os produtos exportáveis eram obtidos em grandes estabelecimentos rurais, cuja principal característica era serem, no fundamental, auto-suficientes com respeito à manutenção da força-de-trabalho e das necessidades correntes gerais de operação. Aquilo que não podia ser produzido no próprio estabelecimento era obtido no mercado externo: a própria força-de-trabalho escrava, os bens de consumo corrente mais sofisticados (inclusive alguns alimentos) e os equipamentos indispensáveis à produção exportável.

Nestas condições, o intercâmbio interno, tanto entre estabelecimentos rurais como entre regiões era muito limitado. Não havia uma divisão interna do trabalho social, que diferenciasse os produtores segundo especialidades de produção, tornando-os interdependentes. A atividade mais significativa que, durante o período colonial, deu lugar a certo intercâmbio inter-regional de vulto foi a produção de animais de carga. Este intercâmbio, que no período inicial serviu de apoio à ocupação econômica do Extremo-Sul, foi substituído pela produção própria da região mineiradora.

Durante todo o período colonial/escravista cresceu, aos poucos, uma população não-escrava desprovida de funções estáveis nas economias regionais exportadoras. São os "homens livres na ordem escravocrata", referidos por M.S. de Carvalho Franco. Sobre eles as informações disponíveis são ainda relativamente escassas. O fato é que, ao fim do século XIX, constituíam um número considerável, concentrado basicamente ao longo do litoral ocupado.

A partir de 1850 às condições que permitiram o surgimento e desenvolvimento destas economias regionais passaram a modificar-se, em grande parte devido à extinção do tráfico de escravos no Brasil. Visto que a taxa de incremento vegetativo da população escrava era negativa, as perspectivas da economia exportadora baseada na escravidão tornaram-se incertas.

A abolição do tráfico desencadeou transformações que iriam, no fim do século, transfigurar inteiramente a fisionomia da economia brasileira nas diversas regiões.

A fim de se compreender estas transformações, é preciso lembrar que, em 1850, dentre as diversas economias regionais, apenas uma encontrava-se em expansão: a economia cafeeira concentrada, naquela época, no Vale do Paraíba (principalmente no Estado do Rio de Janeiro, mas já se espraiando pelas regiões mineira e paulista do Vale).

Também é preciso lembrar que a escravidão, longe de estar confinada aos estabelecimentos rurais de exportação, permeava toda a sociedade brasileira, desempenhando todos os tipos de atividades, produtivas ou não, no campo e nas cidades, nas oficinas e nos salões, em entidades privadas e repartições públicas.

A abolição do tráfico teve como resultado o aumento dos preços dos escravos. Este aumento foi gradual e crescente, não tendo sido repentino, devido às diferenças, assinaladas acima, entre a economia exportadora cafeeira e as demais. Era o complexo exportador cafeeiro que, devido ao seu dinamismo, demandava escravos. Assim, esta região passa a importar escravos das demais regiões. Em todas as regiões, por outro lado, os escravos são drenados das cidades para o campo, num movimento de gradativa concentração da população escrava nos estabelecimentos rurais produtores de bens exportáveis, mas especialmente na cafeicultura.

Nestes mesmos estabelecimentos rurais a distribuição da população escrava, por atividade, modifica-se. Até então, os escravos eram responsáveis não apenas pela produção da mercadoria exportável, mas também dos produtos de consumo corrente (alimentos e artesanato) e por todo tipo de trabalhos caseiros. O con-

junto destas atividades conferia aos estabelecimentos rurais a auto-suficiência acima referida. O resultado da escassez crescente de escravos é que eles são concentrados, progressivamente, apenas na produção da mercadoria exportável.

Alguns resultados notáveis decorrem deste processo:

Em primeiro lugar, os escravos desaparecem progressivamente das cidades, transferindo-se para a população não-escrava, todas as atividades anteriormente desempenhadas pelos primeiros.

Em segundo lugar, quebra-se a auto-suficiência dos estabelecimentos rurais, que passam a ter que buscar, fora deles, os produtos que até então produziam. Assim se criam as bases para o surgimento de uma produção mercantil de alimentos e manufaturas, destinadas a abastecer estes estabelecimentos. Desenvolvem-se também, evidentemente, o comércio e os centros urbanos. Assim se inicia um processo de divisão intra-regional do trabalho.

Em terceiro lugar, a população não-escrava é progressivamente incorporada às atividades de produção para a exportação, integrando-se na mesma medida na economia mercantil em desenvolvimento. A integração de trabalhadores não-escravos abre um espaço progressivamente maior para a imigração, dirigindo-se esta, de preferência, para as regiões mais dinâmicas, sobretudo a cafeeira.

Em quarto lugar, a integração da população não-escrava faz-se, nas diversas regiões, em regimes diferentes (parceria, arrendamento, colonato, salariato, etc). Em todas as regiões, po-

rêm, aumentam as ligações destes elementos ao mercado, portanto aumenta a circulação monetária, ou a mercantilização da economia. Em outras palavras, aumenta o mercado interno e portanto a divisão social do trabalho. Todavia, este aumento é desigual, na medida em que as regiões se diferenciam pelo dinamismo do seu mercado externo, e dentro das próprias regiões há diferenças entre sub-regiões e entre produtos ou grupos de produtos.

No complexo exportador cafeeiro, a dinâmica da expansão geográfica da cafeicultura, combinada com o estrangulamento da oferta de mão-de-obra escrava, resultam na expansão acelerada do transporte ferroviário, a partir de 1870. Ao mesmo tempo, e pelos mesmos motivos, começa-se a introduzir a mecanização do beneficiamento do café. Ambas as inovações estimulam a urbanização e produzem trabalhadores livres, ao mesmo tempo que abrem no vos campos para a aplicação do trabalho assalariado. Surgem novas atividades de serviços e manufatureiras necessárias à manutenção e expansão das operações de beneficiamento e transporte.

No Nordeste, as transformações na produção canavieira, aos níveis agrícola e industrial, com a introdução do sistema de usinas, contribui igualmente para a expansão do regime assalariado e da mercantilização da economia, conforme descrito por P. Singer.

Dois aspectos deste processo devem ser destacados: em primeiro lugar, com a decadência da escravidão nasceu e desenvolveu-se uma economia mercantil, base essencial para a expansão do capitalismo e, portanto, da industrialização. Em segundo lugar, o desenvolvimento da produção mercantil, agrícola e manufa-

tureira, de matérias-primas e bens de consumo corrente (alimentos e manufaturados), constituem elementos materiais da reprodução do capital agrário-exportador, não sendo contraditório com ele.

1.2. A ECONOMIA RURAL COMO "COMPLEXO RURAL"

A economia das diversas regiões brasileiras, até a década de 1930, é essencialmente rural. Não se deve, porém, confundir o caráter econômico do mundo rural de sociedades pré-capitalistas ou nos primeiros estágios do desenvolvimento capitalista, com o mundo rural de países onde o capitalismo está plenamente desenvolvido.

Nos países capitalistas desenvolvidos, a agricultura é um setor da economia especializado na produção de bens provenientes do cultivo da terra. A produção é obtida em empresas capitalistas voltadas para o mercado e a reprodução destas empresas passa integralmente, ou na sua maioria, pelo mercado, através da aquisição dos insumos da produção e da força de trabalho necessária.

Nos países menos desenvolvidos, ao contrário, o mundo rural não é ainda um setor especializado no fornecimento de produtos agrícolas, pois a divisão social do trabalho ainda não retirou dela uma série de atividades de transformação e de serviços, necessários à sua reprodução. Ou seja, a reprodução das unidades produtivas passa apenas parcialmente pelo mercado. Eis como se expressava Ignácio Rangel a este respeito:

"Numa economia pré-industrial, isto é, subdesenvolvida, a esmagadora maioria da população está na agricultura. Mas seria

equivocado inferir daí que essa população dedica todo o seu tempo de trabalho à produção de bens agrícolas. Uma parcela muito importante desse tempo, ou se perde, ou se aplica à elaboração dos produtos agrícolas, dos materiais brutos ao alcance do agricultor, ou adquiridos dos demais setores, para transformá-los em produtos elaborados, prontos para o consumo. Quer isso dizer que a agricultura do país ou região subdesenvolvida, além da agricultura, é também o que se convencionou chamar de indústria de transformação. Produz bens de consumo elaborados e também, em certa medida, bens de produção, isto é, aplica-se a atividades secundárias.

"Além disso, a população agrícola dos países ou regiões subdesenvolvidas supre-se, a si mesma, de certos serviços que, numa economia desenvolvida, são objeto do setor terciário: transporte, comércio, armazenagem, administração e educação, saúde, etc.

"Noutros termos, a agricultura, numa região subdesenvolvida, costuma ser, simultaneamente:

a) uma atividade primária, na medida em que supre produtos agrícolas brutos e explora recursos naturais dos reinos animal, (caça e pesca), vegetal (madeira, lenha, frutos silvestres, materiais florestais extrativos) e mineral (pedra, barro para a construção, etc);

b) uma atividade secundária, na medida em que elabora, para o autoconsumo ou para o mercado, aqueles produtos primários, para construir a casa, o celeiro, os instrumentos rudimentares de trabalho, a roupa, o alimento, ou ainda na medida em que se aplica à elaboração de materiais adquiridos no mercado, a exem-

plo da confecção de roupa, ou à manutenção dos equipamentos e objetos adquiridos fora do setor agrícola;

c) uma atividade terciária, quando se aplica aos serviços já indicados"⁷.

Johnston & Kilby chamam também atenção para estas características do "complexo rural", que geralmente não é revelado pelas estatísticas econômicas, de organização setorial: "A dimensão do setor agrícola é geralmente medido pela proporção de pessoas economicamente ativas empenhadas na agricultura. (...) Por um lado, este grupamento superestima a proporção do tempo produtivo dedicada à produção de alimentos e fibras porque esses indivíduos produzem também grande variedade de bens e serviços não-agrícolas, consumidos por suas famílias. Por outro lado, o número exclui o considerável contingente da força de trabalho que se encontra empenhado em ocupações rurais não-agrícolas - artesãos, comerciantes, transportadores, professores de nível elementar, sacerdotes e usuários"⁸. Mais adiante acrescenta: "O facto de as famílias realizarem a produção de grande número de bens acarreta necessariamente especialização limitada e, dentro do processo produtivo de qualquer dado bem, uma divisão de trabalho restrita. O mesmo fenómeno ocorre nos setores monetizados da economia. A combinação do comércio varejista com outras ocupações é bem conhecida e certamente o exemplo mais comum nas áreas urbanas. No campo, as ocupações conjuntas mais comuns são o cuidado da casa e o trabalho no campo para as mulheres e o trabalho

⁷ RANGEL, I. A questão agrária brasileira. S.l., Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962. p. 29-30

⁸ JOHNSTON, B.F. & KILBY, P. Agricultura e transformação estrutural; estratégias econômicas de países em desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 22.

no campo e o artesanato para os homens. Entre 163 lavradores de cacau de Gana, em 1938, (...) quase um terço auferia parte importante de sua renda monetária em uma segunda ocupação(...). Em princípios da década de 50, uma proporção ainda mais alta de agricultores cacaueiros nigerianos obtinha renda de atividades secundárias"⁹.

Esta característica da organização econômica do mundo rural de países ou regiões pouco desenvolvidas é há muito reconhecida, e decorre do fato de que o tempo de trabalho necessário para a obtenção de produtos agrícolas de subsistência é relativamente reduzido. Isto vem em decorrência do tempo de produção, neste caso, ser muito superior ao tempo de trabalho requerido, uma vez que boa parte de processo de produção é de natureza biológica, portanto natural. Assim, basta que as sementes sejam colocadas no solo, sob certas condições mínimas, para que, ao cabo de um período variável de alguns meses, obtenha-se uma colheita. Paul Singer diz que, "nestas condições a agricultura ocupa uma parte apenas do tempo dos produtores do SS (Setor de Subsistência). Clark e Haswell (1966) apresentam numerosos dados que comprovam que, em economia de subsistência, o tempo médio gasto no trabalho agrícola é de cerca de 4 a 5 horas por dia (exceto nos períodos de pico da atividade agrícola) e de cerca de 100 a 200 dias por ano. Mas isto não significa que o resto do tempo é dedicado apenas ao ócio. Além de produzir alimentos, os produtores de subsistência se empenham em outras atividades: manufatura de tecidos, ferramentas, armas, etc., construção de casas, trans-

⁹ JOHNSTON & KILBY, op. cit., p. 44-5.

porte de bens, engajamento em guerras, etc."¹⁰.

Esta característica do complexo rural de regiões pouco desenvolvidas nos interessa particularmente, uma vez que tal era o caso das economias das diversas regiões brasileiras anteriores à constituição da economia de âmbito nacional. Entretanto, há um aspecto essencial ao seu desenvolvimento futuro, que falta analisar, e que se refere à transição da economia natural (aquela na qual são inexistentes ou pouco expressivas as transações comerciais) para uma economia mercantil, base indispensável ao desenvolvimento de uma economia capitalista e, portanto, da divisão social do trabalho mais avançada.

Já foi visto, na seção anterior, como a decadência da escravidão resultou na integração da população não-escrava à economia e no início efetivo de uma economia mercantil. Esta fase inicial pode-se considerar aquela em que se constitui, nas diversas regiões brasileiras, e em grau variável de desenvolvimento, um complexo rural de economia crescentemente mercantil. Nessa medida, torna-se possível que a divisão social do trabalho avance ao ponto de se destacar, do complexo rural, ramos de atividades que se tornam autônomos e constituem, paulatinamente, os setores secundário e terciário da economia, localizados nas cidades.

A constituição de uma economia mercantil, a partir da economia escravista, é uma etapa necessária ao posterior desenvolvimento do capitalismo e da industrialização. A este respeito, assim

¹⁰ SINGER, Paul I. Dinâmica populacional e desenvolvimento; (o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico) São Paulo, Ed. CEBRAP, 1970 p. 82.

se expressa F.H. Cardoso:

"Ora, como é sabido, a organização industrial da produção supõe, além da tecnologia que serve de suporte para o sistema, um conjunto complexo de condições sociais que surgiram, pela primeira vez na história, com o advento do capitalismo. (...) Isto significa que o processo de industrialização em qualquer região supõe, como pré-requisito, a existência de certo grau de desenvolvimento capitalista, e, mais especificamente, supõe a preexistência de uma economia mercantil e, correlatamente, implica num grau relativamente desenvolvido da divisão social do trabalho"¹¹.

Chega-se, assim, a uma característica essencial à dinâmica do desenvolvimento da economia de mercado a partir do complexo rural; este desenvolvimento consiste numa crescente divisão social do trabalho, concretizado na progressiva transferência de atividades embutidas no complexo rural para os setores secundário e terciário em expansão: "O desenvolvimento retira paulatinamente ao complexo rural assim constituído as atividades secundárias e terciárias, tendendo, pois, a reduzir a agricultura e uma atividade exclusivamente primária, sem jamais atingir essa meta, aliás"¹². Ao mesmo tempo, porém, em que se dá esta especialização intersetorial, ela também se opera na própria agricultura, que se diferencia pelo surgimento de produtores e regiões especializadas na produção para o mercado de um ou de poucos produtos: "O mecanismo do progresso econômico na agricultura é o mesmo que opera em todos os demais setores de uma economia. O nome desse mecanismo é especialização. Não apenas há especialização no to-

¹¹ CARDOSO, F.H. Condições Sociais da Industrialização: o Caso de São Paulo. In: _____ . Mudanças Sociais na América Latina. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. p. 188.

¹² RANGEL, op. cit., p. 12

cante a linhas de culturas específicas entre agricultores, mas um conjunto de funções outrora realizadas pela família é transferido para produtores especializados. A crescente divisão do trabalho em todas as atividades econômicas traz consigo a oportunidade de emprego de maquinaria cuja potência, velocidade e precisão multiplicam o rendimento do esforço humano. (...) À medida que deslançam esses processos, unidades produtoras individuais mudam da auto-suficiência para a dependência sobre mercados tanto no tocante à venda de sua produção quanto à compra de matérias-primas e serviços de fator que usam"¹³.

Divisão social do trabalho e expansão do mercado interno significam portanto a mesma coisa. Assim, a expansão dos setores secundário e terciário e a sua abertura em leque pela absorção de novos ramos de atividade ou subdivisão de ramos antigos em novas atividades especializadas, refletem a ampliação dos mercados para os produtos destas atividades, ao mesmo tempo que ampliam os mercados dos produtores dos insumos exigidos para a sua operação. A expansão destes dois setores, por sua vez, expande os mercados para os produtos da agricultura, onde a especialização progride também. Este é, em suma, o processo de desenvolvimento da economia de mercado e do capitalismo.

Falta chamar a atenção para o papel do surgimento e da expansão do trabalho assalariado. Historicamente, o desenvolvimento da economia da economia mercantil cria as condições para o florescimento do trabalho assalariado. A expansão do regime do

¹³ JOHNSTON & KILBY, op. cit, p. 50.

assalariamento reflete também a ampliação do mercado interno a partir de uma economia mercantil simples, como é o complexo rural do qual estamos tratando. Nesta economia, a maioria dos trabalhadores produzem a sua própria subsistência, ou seja, sua reprodução não passa pelo mercado. Na medida em que a força de trabalho do complexo rural é substituída de meios próprios de sobrevivência e se transforma em força de trabalho assalariada, a sua reprodução passa a se fazer, obrigatoriamente, através do mercado. Assim sendo, a necessidade de abastecimentos destes meios de subsistência via mercado abre ou alarga novos campos de aplicação de capital, refletindo-se, portanto, em expansão do mercado interno.

1.3. O SURGIMENTO DA INDÚSTRIA NAS ECONOMIAS REGIONAIS

O processo de formação de economias mercantis, voltadas para a exportação, tal como na seção anterior, deu-se em todas as regiões significativas do Brasil como etapa de transição entre a economia escravista e a economia capitalista. O início desta etapa pode ser, grosseiramente, localizada no início da década de 1870.

O estabelecimento de fábricas de grandes dimensões, já durante a década de 1890, nas diversas regiões, indica que a produção mercantil de manufaturados, no seio do complexo rural, teria atingido proporções consideráveis. A informação de Martins, a este respeito, referindo-se ao Estado de São Paulo, é uma indicação disto: "Na verdade, os principais grupos econômicos, os que se tornaram grandes depois, surgiram no último quarto do século XIX. E praticamente todos eles nasceram para substituir a

produção artesanal e doméstica ou a produção em pequena escala disseminadas por um grande número de pequenos estabelecimentos tanto na capital quanto no interior. Aliás, a indústria em São Paulo nasceu distribuída por quase todos os municípios da província. Só depois do "Ensilhamento" é que passou a concentrar-se na capital e nuns poucos municípios importantes do interior, o que completou um processo iniciado com a expansão das ferrovias. Nasceram, portanto, para substituir a pequena produção intersticial e não para substituir importações"¹⁴. (grifo nosso).

As indicações de alguns outros autores convergem para esta mesma conclusão. J.R. Brandão Lopes, embora creditando o impulso da industrialização, desde o início, à substituição da importações, afirma que:

"As indústrias que surgem são principalmente as alimentícias e têxteis, para as quais as economias resultantes de escala de produção não se fazem tanto sentir e, por outro lado, a proximidade do mercado consumidor é de grande relevância. As condições gerais, propícios à indústria nacional, levam ao seu aparecimento em todas as cidades em que já se havia formado um mercado de alguma monta para as manufaturas. São muitos os aglomerados urbanos, largamente espalhados pelo território brasileiro, que se industrializam, cada qual com o seu mercado regional quase estanque"¹⁵.

Castro, analisando o início da industrialização no Brasil, refere-se aos dois tipos principais de atividades de transforma-

¹⁴MARTINS, J.S. O café e a gênese da industrialização em São Paulo. Contexto, (3): 9, jul. 1977.

¹⁵LOPES, J.R.B, Desenvolvimento e mudança social. São Paulo, Ed. Nacional, 1976. p.9.

ção: as "manufaturas de 'subsistência' ", destinadas a cobrir as necessidades correntes da fazendas, e as "indústrias de 'beneficiamento' ", destinadas ao preparo dos produtos de exportação.

"O primeiro dependia mais da distribuição da população pelo território nacional, que de fatores de ordem propriamente econômica"¹⁶ (Castro, p. 90).

Passando por alto a mercantilização da indústria doméstica (do primeiro tipo), o autor afirma que elas "seriam gradativamente superadas, desaparecendo com o desenvolvimento e a mercantilização da economia. Em alguns casos no entanto logravam adquirir formas artesanais, daí evoluindo, umas poucas exceções para o estágio industrial propriamente dito"¹⁷. Todas estas atividades industriais continuam "na estreita dependência da respectiva oferta de matérias-primas"¹⁸ e, nestas condições, continuavam "a ser um 'segundo andar' da agricultura"¹⁹. Porém, surgem gradualmente as condições para uma transformação que implica a urbanização destas indústrias. "Com a emergência do novo setor, tendem pois a divorciar-se agricultura e indústria, aprofundando-se a divisão do trabalho no seio da economia em formação"²⁰. Todavia, "as novas indústrias, não obstante mais concentradas no espaço (entre outros fatores, dada sua menor dependência da base agrí-

¹⁶ CASTRO, A. B. 7 ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1975. v.2. p.90.

¹⁷ ibidem, p. 90

¹⁸ ibidem, p. 91

¹⁹ ibidem, p. 94

²⁰ ibidem, p. 92

cola) viriam a distribuir-se amplamente pelo país. Onde houvessem centros urbanos, aí tenderiam a despontar estabelecimentos têxteis, fábricas de produtos alimentares, bebidas, etc. ..."21.

Finalmente, estas indústrias estariam condicionadas pela competição externa. "Em sua maioria as primeiras indústrias brasileiras buscavam situar-se em faixas de mercado não competitivas. Ou seja, procuravam explorar oportunidades desinteressantes para o competidor estrangeiro", segundo A.B. Castro. Como resultado, "dadas as dificuldades impostas pela pressão competitiva externa, as primeiras indústrias não apenas ficavam em regra limitadas à produção de artigos inferiores como, dificilmente, logravam ultrapassar o âmbito local - sub-regional -, onde eram máximas suas vantagens em termos de economias de transporte e facilidades de comercialização"23 (Ibidem, p. 93-94).

Acredita-se que os dados até agora fornecidos permitem afirmar que o tipo de industrialização descrito reflete a emergência da indústria a partir da abertura de mercados pela produção mercantil das manufaturas domésticas da etapa da economia mercantil de exportação. Somente isto poderia explicar a disseminação espacial destas indústrias (elas exigiriam um mercado e um conhecimento técnico prévios). A sua disseminação espacial e o seu mercado preferencialmente local não seriam explicados pela competições (uma vez que se concentram em produtos de qualidade inferior, o que aliás se explica pela incipiência do processo de industrialização), mas porque o seu aparecimento marca o salto da manufatura rural para a indústria urbana. Em outras palavras, es-

²¹ Ibidem, p. 92

²³ CASTRO, op. cit. p. 93-4.

ta indústria está disseminada largamente não porque a competição das importações a comprime em mercadorias locais, mas porque a mercantilização da economia já atingiu largas faixas populacionais e permite a ascensão da manufatura rural a indústria urbana. Assim, a expansão da indústria reflete a ampliação da produção mercantil de produtos agrícolas e manufaturados na sua base, que é o complexo rural.

A disseminação deste tipo de indústrias por todas as regiões exportadoras do país permite afirmar, ademais, que em todas elas a economia escravista foi substituída por uma economia mercantil em níveis e ritmos distintos de expansão que foi a base para o desenvolvimento da "economia capitalista de exportação" conforme a denomina Cardoso de Mello. Devido ao dinamismo do mercado cafeeiro, foi na região Sudeste que este desenvolvimento foi mais rápido e mais extenso, permitindo que mais cedo se constituísse um mercado de dimensões regionais, conduzindo a uma maior concentração industrial intra-regional. Como consequência, a concentração de capital e o progresso técnico, na indústria e na agricultura, avantajaram-se sobre os das demais regiões.

Isto significa que, mais cedo no Sudeste (sobretudo em São Paulo), do que nas demais regiões, o "complexo rural" foi sendo convertido especificamente em setor produtor de mercadorias agrícolas. Nas demais regiões é mais lenta a constituição de um mercado regional e, portanto, mais lentamente as atividades de transformação e de serviços se destacam do complexo rural, e também mais lento é o processo de concentração de capital e, portanto, de progresso técnico, tanto na indústria, quanto na agricultura (veja-se, por exemplo, a lentidão com a qual, no Nordeste, o

sistema das usinas substitui o antigo sistema dos engenhos, processo que iniciado no fim do séc. XIX, praticamente só se encerra na década de 1950 - Segundo Manuel Correia Andrade. Nestas regiões o complexo rural sobrevive durante muito mais tempo, embora, acentue-se, de caráter crescentemente mercantil. Os baixos níveis de renda, a baixa produtividade do trabalho, os pequenos níveis de integração destas economias, em comparação com a região mais desenvolvida, não permitem deduzir daí que se trate de economias naturais, ou de pura produção para o autoconsumo.

Em resumo, o raciocínio lógico adotado consiste na seguinte sequência.

Até o início do declínio da escravidão, as regiões brasileiras caracterizam-se como economias escravistas de exportação. As unidades produtoras de bens exportáveis caracterizam-se por uma grande auto-suficiência econômica, inexistindo um mercado interno de vulto. O declínio da escravidão implica na quebra desta auto-suficiência, tendo início o desenvolvimento de economias mercantis de exportação, que incorporam progressivamente a população não-escrava preexistente e abrem espaço para a imigração estrangeira em larga escala.

Estas economias mercantis, caracterizadas por um complexo rural mercantil, constituem a base para o surgimento do trabalho assalariado e o desenvolvimento da economia capitalista no Brasil. Nas diversas regiões, portanto, a economia mercantil de exportação converte-se, progressivamente, em economia capitalista de exportação.

O desenvolvimento do capitalismo, nestas regiões, coincide com um contínuo processo de divisão social do trabalho, em que se constituem os setores industrial e de serviços pela progressiva transferência de atividades mercantis manufatureira e de serviços do complexo rural para os setores urbanos. Assim, gradativamente o complexo rural se converte em setor especificamente agrícola.

A mercantilização da economia e o capitalismo desenvolvem-se desigualmente nas diversas regiões, destacando-se a região Sudeste pela rapidez e extensão que este processo atinge, comparativamente ao restante do país. Isto significa que a divisão social do trabalho atingiu maior extensão e profundidade no Sudeste, portanto que o setor industrial é mais desenvolvido, apresentando maior índice de concentração de capital e de progresso técnico, o mesmo se podendo dizer a respeito do setor terciário, em especial no que se refere às atividades comercial-financeiras. O complexo rural, por outro lado, aproxima-se muito mais das características de um setor produtor de bens especificamente agrícolas para um mercado amplo.

2. OS PRIMÓRDIOS DA UNIFICAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL

INTRODUÇÃO

A história econômica do Brasil, a partir de 1930, é a história da constituição de uma economia de dimensão nacional, portanto da unificação do espaço econômico. Isto significa que, a partir desta data desfaz-se, gradativamente, o isolamento em que viviam as diversas regiões brasileiras, umas em relação às outras, por ação de um crescente intercâmbio interregional. Por oposição, tornam-se progressivamente menos diretos os vínculos que ligam estas diversas regiões ao mercado internacional. Em outras palavras: na medida em que as regiões incrementam suas relações mútuas, vai-se conformando uma divisão nacional do trabalho correspondente à constituição da economia de âmbito nacional. Assim, se antes era a inserção particular de cada região numa divisão internacional do trabalho que dava sentido à sua economia, este sentido passa a ser dado por sua inserção crescente numa divisão de trabalho de nível nacional.

A forma pela qual nasceu e se desenvolveu, nos seus primórdios, o intercâmbio interregional é de extrema importância para a compreensão da conformação regional da economia brasileira, nos dias de hoje. Por este motivo, procurar-se-á apresentar um sumário desta evolução e as condições em que ela se deu.

O primeiro aspecto relevante a ser destacado, novamente, é o dinamismo da economia do complexo exportador cafeeiro, a partir de 1850, em comparação com a estagnação que caracteriza as demais regiões. A economia canavieira do Nordeste, que entrara em declínio secular a partir de 1650, recuperara-se por algum tempo de fins do século XVIII até meados do XIX, tanto devido à crise da produção canavieira antilhana (resultante das guerras napoleônicas), como à expansão da produção algodoeira, na qual pudera ingressar devido aos conflitos entre Estados Unidos e Inglaterra decorrentes da independência do primeiro. Entretanto, depois de 1850 o mercado açucareiro mundial foi crescentemente dominado pelo açúcar de beterraba, introduzido no início do século XIX na Europa, enquanto os Estados Unidos recuperavam sua supremacia na produção do algodão. Assim, o complexo exportador canavieiro/algodoeiro nordestino entrou em nova fase de depressão, caracterizada por uma queda persistente de participação no mercado internacional do açúcar, sobretudo após 1850 até sua expulsão total no início do século XX, ocorrendo o mesmo com o algodão, que apenas experimentou um revigoramento momentâneo durante a Guerra Civil, nos Estados Unidos, na década de 1860.

Na região aurífera, na qual se destacou Minas Gerais, a decadência começou por volta de 1750. No final do século XVIII, sua expressão econômica era muito pequena, não a recuperando jamais. Apenas a expansão cafeeira na zona mineira do Vale do Paraíba conferiu a este Estado, já no final do século XIX, nova expressão.

No Extremo-Sul, as exportações de charques e erva-mate enfrentaram também, ao longo do século XIX, uma conjuntura inter-

nacional depressiva. No caso do charque, foi impossível resistir à competição dos países platinos; no da erva-mate, que nunca deu lugar a um complexo exportador de expressão nacional, a concorrência de diversos produtores foi também fatal.

Assim, quando o café se torna o produto de exportação mais importante do Brasil, em meados do século passado, entrando em expansão contínua até o fim do século, os demais complexos exportadores estão enfrentando crescentes restrições nos mercados externos.

O primeiro resultado destas diferenças inter-regionais é, a partir de 1850, um fluxo de escravos das regiões deprimidas para o Sudeste, tendo como resultado a incorporação da população não-escrava à produção exportadora, num primeiro momento, e posteriormente a progressiva mercantilização da economia e o desenvolvimento do trabalho assalariado.

Mas os resultados mais significativos se dariam após o nascimento e a expansão de um amplo mercado interno, a partir de 1870, no complexo exportador cafeeiro, em consequência do declínio da escravidão, da mercantilização da economia e da rápida expansão do trabalho assalariado e da imigração, sobretudo após 1885.

No Nordeste, os mercados externos do açúcar e do algodão se estreitam precipitadamente após 1870, época que coincide com o declínio do trabalho escravo e a expansão do mercado interno. A partir de então o açúcar e o algodão nordestinos dirigem-se, em proporção crescente, para o Sudeste, principalmente para o Rio de

Janeiro e São Paulo. "Tudo isso mostra como, nas primeiras décadas deste século, o Nordeste se desvinculava, pouco a pouco, de uma divisão de trabalho internacional, na qual se mantivera durante 3 séculos, para se inserir paulatinamente numa divisão de trabalho nacional"²⁴. A evolução da produção, exportações e preços destes dois produtos estão no Capítulo 6, "Recife"). W. Cano afirma que, até 1915, cerca de 70% do consumo de algodão das fiações paulistas eram obtidos no Nordeste, sendo cerca de 80% do consumo de açúcar procedente da mesma região.

O Extremo-Sul, da mesma forma, procura contornar o fechamento dos mercados externos dos seus produtos pela exportação para o complexo cafeeiro, enfrentando, todavia, pelo menos até a I Guerra Mundial, forte competição das importações do exterior. Isto se refere especialmente ao charque e à madeira.

O Estado de Minas Gerais começa a exportar cereais e produtos do laticínio para o complexo cafeeiro, competindo com o Extremo-Sul em quase todos os produtos.

Vê-se assim que o mercado em desenvolvimento no complexo cafeeiro atua como substituto dos mercados internacionais, dos quais as diversas regiões brasileiras são progressivamente desalojadas. Ao mesmo tempo, este mercado permite que estas regiões iniciem, embora muito incipientemente, a venda de produtos agrícolas que antes não se exportava, tais como cereais, banha e produtos do laticínio.

²⁴SINGER, Paul I. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1977, p. 313.

Deste modo inicia-se, no Brasil, um fluxo comercial que, de todas as regiões converge para o complexo cafeeiro, sendo relativamente menos importante o comércio entre as demais regiões.

Todavia, é necessário compreender que este intercâmbio, além de ser ainda, em sua maioria, de pouca expressão (exceto no caso do açúcar e do algodão nordestinos), não induz a unificação do espaço econômico. Isto decorre do fato de que, nesta fase, que se desenvolve até cerca de 1930, o complexo cafeeiro atua apenas como um outro "mercado externo" para as demais regiões, não se delineando um padrão de divisão inter-regional do trabalho, devido ao desenvolvimento industrial ainda débil, inclusive no Sudeste, conforme se verá adiante. Todas as regiões inclusive o complexo cafeeiro, são economias exportadoras de base agrícola, onde um pequeno setor industrial, refletindo a gradativa diferenciação do capital agrário-exportador, está em desenvolvimento, ocupando mercados locais e, no máximo, regionais. Os saldos do comércio inter-regional o confirmam: até 1930 o saldo comercial de São Paulo com as demais regiões é negativo, porque São Paulo pouco tem para lhes vender. Todavia, a maioria do que vende já é constituído de manufaturados (75% da pauta), enquanto compra predominantemente alimentos e matérias-primas (80% da pauta)²⁵.

O que interessa reter, neste momento, é que a partir do início do século o comércio inter-regional brasileiro, que então se intensifica, tem como centro de convergência o complexo cafeeiro, sobretudo São Paulo, irradiando-se daí para as demais regiões.

²⁵CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1975, p. 66.

2.1. O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Nesta seção far-se-á um sumário das principais características do desenvolvimento industrial brasileiro até 1945, do ponto de vista da tendência à concentração industrial em São Paulo. As informações aqui utilizadas procedem, basicamente, da obra de Wilson Cano, "Raízes da Concentração Industrial em São Paulo"²⁶. Considerando a importância que assume a unificação do mercado regional do Sudeste, neste período, a distinção que o autor faz, na apresentação de inúmeros dados, entre São Paulo e "resto do Brasil", constitui uma insuficiência para a nossa análise, que se procurará contornar tanto quanto possível.

Até 1930 a produção industrial desenvolve-se em todos os complexos exportadores, refletindo o aumento da mercantilização da economia, portanto da divisão social do trabalho e do mercado interno "intra-regionais". O intercâmbio inter-regional é manifestamente limitado.

Nestas três primeiras décadas do século, dificilmente se poderia falar em concentração regional da indústria, embora a tendência à concentração se acentue progressivamente, conforme se verá, lançando as bases para as transformações que se dariam após 1930. Neste período, porém, a concentração que os dados censitários sugerem é muito mais "aparente" do que "efetiva". Isto decorre de dois motivos: a produção, na maioria dos ramos industriais constitui apenas uma parcela, muitas vezes pequena, do

²⁶ CANO, op.cit., cap.III, item 2.

consumo, sendo a maior parte importada; na maior parte dos casos, por outro lado, a indústria atende apenas mercados locais ou estaduais.

Entretanto, do início do século até 1930 aumenta a proporção da produção sobre o consumo nacional, começando a esboçar-se um quadro de "concentração efetiva" da produção industrial, privilegiando São Paulo. Não é necessário repisar as razões desta concentração: "Inicialmente, cabe lembrar que a economia cafeeira de São Paulo foi a que apresentou o maior dinamismo no contexto nacional. Resolvendo pioneiramente sérios problemas de infra-estrutura, como o dos transportes ferroviários, do porto marítimo, de comunicações e de urbanização, estava, ao mesmo tempo, criando um acúmulo de economias externas que beneficiariam a formação industrial, reduzindo-lhe os gastos de inversão e os custos de produção"²⁷.

No período anterior a 1930 o impulso à indústria paulista, do ponto de vista intra-regional é dado por duas fontes principais: a concentração da produção é tornada possível pela crescente unificação do mercado regional, e a expansão absoluta pela "substituição das importações" do exterior e das outras regiões:

"Resta-nos, finalmente, lembrar um dos aspectos mais importantes da história das ferrovias em São Paulo: a captura que elas exercem, para a economia paulista, de numerosas áreas de outros Estados: o Sul de Minas, o Triângulo Mineiro, o sul de Mato Grosso, o norte do Paraná e o Estado de Goiás. Todas essas regiões são articuladas por ferrovias a São Paulo e até o advento da era rodoviária,

²⁷ CANO, op. cit., p. 228

essas ferrovias eram os únicos elementos de ligação de tão vastas regiões, o que significa que suas vinculações eram muito maiores com o Estado de São Paulo do que com os seus próprios estados"²⁸.

Quanto à substituição das importações:

"Creio que até o início da primeira guerra, a indústria paulista contava com uma peculiaridade toda especial: instalada num mercado mais amplo do que sua capacidade de oferta - dado que esse mercado era atendido também por importações do exterior e de outras regiões - teve um largo horizonte para ampliar sua capacidade produtiva. Dito de outra forma: sua taxa de acumulação pode crescer - até o início da década de 1920 - em ritmo maior do que a taxa de crescimento do mercado gerado pelo complexo cafeeiro, "substituindo importações" regionais e estrangeiras e garantindo para si a expansão marginal deste mercado"²⁹.

Do ponto de vista inter-regional, dois "momentos" são indispensáveis para cimentar as bases da concentração nacional da indústria em São Paulo:

"o primeiro, que se poderia chamar de concentração por "estímulo", que compreenderia o período da primeira guerra mundial, quando a produção paulista cresce, em grande parte atendendo a demanda do resto do país, momentaneamente insatisfeita pelas restrições já apontadas. Num segundo "momento", que se poderia localizar na década de 1920, a expansão da produção paulista cresce, concentrando por "necessidade", isto é, há que conquistar mercados "exteriores" para viabilizar o processo de acumulação"... "a fim de evitar a ociosidade de grande parte de seus equi-

²⁸ MATOS, O.N. Café e ferrovias; a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo, Alfa-Omega, 1974. p. 122.

²⁹ CANO, op. cit., p. 234.

pamentos"³⁰.

Ademais, durante a década de 1920, ocorre "aquilo que se poderia chamar de uma 'primeira onda de inversão' de bens de produção, tais investimentos obviamente encontrariam em São Paulo as melhores condições de localização, principalmente pelo lado da demanda, o que viria reforçar ainda mais o processo de concentração regional. Dimensionadas para um âmbito maior do que uma 'simples região', sua implantação, em São Paulo, reduzia ao mínimo as possibilidades de que o restante do país pudesse contar com plantas similares"³¹.

Movido por estes impulsos, o comércio inter-regional a partir de São Paulo, adquire dimensões cada vez maiores, à medida que se avança em direção a 1930. E não apenas as suas dimensões, mas a sua composição e seus saldos. Na primeira década do século, as exportações de São Paulo para o resto do país constituíam menos de 15% das suas exportações totais, passando para mais de 25% na década de 1920, e ultrapassando os 50% depois de 1930, "quando então esse processo se acentuaria cada vez mais"³²

Por outro lado, a composição das importações de São Paulo muda correspondentemente: da função "de complementar a oferta interna predominantemente de bens de consumo", as importações do exterior passam a supri-la basicamente de bens de produção; as

³⁰ CANO, op. cit., p. 235

³¹ ibidem, p. 235

³² ibidem, p. 235.

do resto do Brasil, que antes abasteciam São Paulo de alimentos e outros bens de consumo industrializados ou não, passaram agora a abastecê-la de matérias primas e gêneros alimentícios. Pela via deste intercâmbio, São Paulo passaria a intensificar suas exportações de manufaturados, concentrando-se neles a composição das suas exportações para o resto do país, como já foi ressaltado.

Não é necessário alongar-se na apresentação de dados estatísticos comparando o desenvolvimento da produção industrial paulista (ou do Sudeste) com o das demais regiões do país, de todos conhecidos. Basta reter que em São Paulo ele foi excepcionalmente maior do que no restante do país, conseguindo, inclusive, ultrapassar o antigo Distrito Federal e lançar as bases para a posterior conquista do mercado nacional. Todavia, até 1930 a produção industrial das demais regiões desenvolve-se também, condicionada muito mais pelas menores dimensões de cada mercado interno e pelas vicissitudes dos seus mercados externos do que pela competição da indústria do Sudeste.

A crise da cafeicultura, seguida imediatamente da depressão econômica mundial, teria profundo significado para o desenvolvimento da produção industrial nas diversas regiões. E não somente para o desenvolvimento industrial, mas para a economia brasileira como um todo.

No Brasil, como se sabe, a depressão teve menor duração, começando a recuperação já em 1933. Não somente a receita das exportações caiu à terça parte, como as relações de troca caíram para a metade, durante a depressão. Nestas condições, acrescidas dos rígidos controles cambiais introduzidos a partir de 1931, o

volume das importações se reduziu a pouco mais de um terço, atingindo principalmente bens de capital e de consumo. Reduzido poder de compra no exterior e restrições às importações mantiveram-se até o fim da II Guerra Mundial, embora estas últimas tenham ficado limitadas às indústrias tradicionais, "sendo franqueada a importação de equipamentos para as indústrias básicas"³³.

Estas circunstâncias, conforme é notório, permitiram que, principalmente a partir de 1933, fosse iniciada uma acelerada expansão da produção industrial, impulsionada pela necessidade de substituir os produtos até então importados, em face de uma demanda interna mantida em níveis satisfatórios pelas políticas destinadas a atenuar a crise da cafeicultura. Como resultado, a indústria, no Brasil, cresceu a uma taxa média anual de 11,2% no período 1933-39³⁴. Entretanto, o crescimento industrial de São Paulo, no mesmo período, foi de 14% ao ano, logo a taxa do "resto do país" foi inferior à média nacional de 11,2%. Verifica-se, portanto, que a posição da indústria paulista no país teve uma elevação considerável neste período, passando de 31,5% em 1919 para 45,4% em 1939 do valor bruto da produção industrial do país³⁵.

O que tornou possível que o crescimento industrial paulista fosse superior ao do país foi, conforme assinalou W. Cano, a instalação, a partir dos anos 20, de um departamento de bens de capital, que se ampliaria após 1933. "Verifica-se que, efetiva-

³³VILLELA, A.V. & SUZIGAN, W. Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975. p. 194.

³⁴VILLELA & SUZIGAN, op. cit., p. 193.

³⁵CANO, op. cit., p. 241.

mente, as indústrias tradicionais foram as que menos se desenvolveram no período" 1933-39. Enquanto isso, "nos sete anos considerados, a produção da indústria metalúrgica cresceu à taxa de 24% ao ano, a química e farmacêutica a 29,9% e a indústria de material de transporte (...) a 39% ao ano, tendo a produção da indústria de minerais não-metálicos (cimento principalmente) crescido a 16,4% ao ano"³⁶ "É de salientar (...) que 78% do valor adicionado nas indústrias ditas dinâmicas, processadoras de metais, isto é, mecânica, material elétrico e material de transporte, eram gerados em São Paulo"³⁷. "Assim, o ciclo de industrialização que se inicia com a recuperação econômica de 1933 e se afiança pela aceleração do crescimento industrial até 1937, e posteriormente pelas condições de proteção econômica da segunda Guerra Mundial, se dá com o desenvolvimento mais que proporcional do setor de bens de produção em todo o período"³⁸, instalado basicamente em São Paulo (Tavares, p. 119).

A superioridade de São Paulo no terreno da indústria de bens de produção, garantida pelos fatores já apontados anteriormente, estaria assegurada tanto porque havia sido "dimensionada tanto porque havia sido "dimensionada para um âmbito maior do que uma 'simples região' " nos anos prósperos da década de 1920, como decorrência da crise, as restrições às importações, inclusive de bens de capital, tornariam praticamente impossível que um passo semelhante fosse dado em qualquer outra região, mesmo que isto fosse eventualmente viável. Confirma-se assim que "sua im-

³⁶ VILLELA & SUZIGAN, op. Cit., p. 353

³⁷ Ibidem, p. 357

³⁸ TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ, S.d. p. 119

plantação, em São Paulo, reduzia ao mínimo as possibilidades de que o restante do país pudesse contar com plantas similares". Segundo W. Cano.

Todavia, se a crise cambial tornou possível uma grande expansão da indústria de São Paulo, reforçada porém pela sua estrutura mais diversificada desde antes da crise, o mesmo se deu nas demais regiões do país, também em ritmo acelerado. Isto se dá tanto porque as diversas economias regionais são ainda basicamente autônomas, como porque o setor de bens de produção "não é ainda o setor dominante do processo de acumulação industrial(...). A dinâmica do crescimento continua, pois, a depender, basicamente, do crescimento do setor de bens de consumo assalariado previamente instalado (...)"³⁹. Entretanto, dadas as dimensões absolutas muito mais modestas e uma diversificação muito menor, é de crer que a expansão industrial nestas regiões tenha tido uma expressão mais quantitativa (tanto pelo volume produzido quanto pelo número de estabelecimentos) do que qualitativa, concentrando-se nas chamadas indústrias tradicionais. Apenas para se ter uma idéia das relações entre o desenvolvimento industrial de São Paulo e do "resto do país", apresenta-se os dados referentes às importações de máquinas e acessórios para a indústria têxtil, em toneladas⁴⁰:

Anos	São Paulo	"Resto do País"
1913	4.310	9.035
1920-29	6.884	9.146
1934-40	6.264	7.241

³⁹ Ibidem, p. 120

⁴⁰ CANO, op. cit., p. 44., tab. 44 (dados condensados)

2.2. COMÉRCIO INTER-REGIONAL A PARTIR DO SUDESTE

Novamente utiliza-se, basicamente, os dados apresentados por W. Cano, ainda com o inconveniente de discriminar São Paulo, e não o Sudeste, e o "resto do país".

Já se viu que, a partir de fins do século XIX, deram-se circunstâncias que favoreceram o aumento do intercâmbio inter-regional no Brasil, mas de um intercâmbio que se concentrava no fluxo Sudeste-resto do país, tornando o Sudeste o centro de convergência das correntes de comércio. Estas circunstâncias foram, em primeiro lugar, o nascimento e expansão de economias mercantis nas diversas regiões e, em segundo lugar, o dinamismo excepcional do complexo cafeeiro e a perda dos mercados externos pelas demais regiões. Também se destacou que o Sudeste funcionava, basicamente, como outro "mercado externo" para estas regiões, havendo pouca integração das economias regionais.

Todavia, este fluxo comercial cresceu sustentadamente até 1930, constituindo a base sobre a qual se erigiria a economia nacional unificada. Assim, no fim da primeira guerra, "as exportações totais de produtos industriais de São Paulo para o resto do país já equivaliam a cerca de 10% do valor bruto da produção industrial do conjunto "Brasil exclusive São Paulo", passando a quase 20% em 1939. Por outro lado, a composição do intercâmbio, nos dois sentidos, já prenunciava os fundamentos da divisão inter-regional do trabalho e estabelecer-se após 1930: na média de 1909-1911 "as exportações paulistas de produtos manufaturados (exclusive alimentos industrializados) para o resto do país eram 75% superiores em valor, ao total similar importado do país por

São Paulo", elevando-se a 173% durante a guerra, caindo a 86% na média 1921-23, e mantendo-se em torno de 130% na média de 1924-29.

Estes dados, retirados da obra de W. Cano, são insuficientes, para esta análise, porque o "resto do país" engloba tanto os Estados adjacentes a São Paulo, componentes da região Sudeste, como os componentes de outras regiões ainda autônomas do ponto de vista econômico. Tentar-se-á, porém, com base em tabelas apresentadas no apêndice estatístico da obra do mesmo autor, tornar mais claras as conclusões a que se chegou.

Já se mencionou a importância que teve, para o desenvolvimento industrial de São Paulo, a "captura" econômica de regiões de Estados vizinhos, tornada possível pelo grande desenvolvimento do transporte ferroviário. Portanto, o comércio interestadual no Sudeste contaria com boas condições para desenvolver-se. O comércio com regiões mais distantes (Nordestes e Sul), ao contrário, faz-se basicamente por cabotagem, desenvolvendo-se menos rapidamente os equipamentos portuários e apresentando o equipamento marítimo elevado índice de obsolescência⁴¹.

Conforme W. Cano apresenta, na Tabela 35, os dados do comércio interregional de São Paulo decompostos segundo vias de transporte, ou seja, por cabotagem e por vias internas (basicamente ferrovias). Pode-se admitir que o transporte por vias internas reflita o comércio com os Estados vizinhos, enquanto o de cabotagem refere-se ao comércio com os demais Estados. Ora, Ville-

⁴¹ VILLELA & SUZIGAN, op. cit., anexo sobre transportes.

la & Suzigan nos informam que, em fins da década de 1940, era o seguinte o panorama do comércio interregional do Brasil, do ponto de vista dos meios de transporte:

- "i) em 1949, o transporte de cabotagem concorreu com cerca de 45% do total do comércio interestadual entre as 18 principais unidades da Federação;
- ...
- ii) oito Estados, sendo seis do Norte e Nordeste e dois do Sul tinham entre 74 e 99 por cento de seu comércio interestadual dependente da cabotagem;
- iv) a ligação comercial entre os extremos Norte e Sul do País era até então dependente unicamente do transporte marítimo;
- v) as trocas comerciais entre o centro econômico do País, o eixo Rio-São Paulo e as regiões Sul e Nordeste eram processadas, em sua maioria, através de navios ⁴².

Os dados da Tabela 35 mostram que o comércio por vias internas predomina sobre o de cabotagem, desde 1911. Considerando as informações de Villela & Suzigan, pode-se dizer que a predominância do comércio por vias internas, no comércio interregional de São Paulo, já no início do Século, reflete a predominância do seu intercâmbio com os Estados adjacentes ou as regiões adjacentes destes Estados. Portanto, estes dados podem ser tomados como indicativos da progressiva unificação do mercado regional do Sudeste, que estaria na base do grande impulso experimentado pela indústria paulista.

Feita esta ressalva e advertindo que os dados de comércio por cabotagem serão tomados como indicativos do comércio entre

⁴²VILLELA & SUZIGAN, op. Cit., p. 375-76.

São Paulo e as regiões não limítrofes, apresentar-se-ã agora as principais informações a respeito do desenvolvimento do comércio interregional.

Em primeiro lugar, observa-se um acentuado aumento do comércio interregional no Brasil após 1930, sobretudo após a superação dos efeitos da crise mundial no nosso país, que se dá já a partir de 1933. O volume transportado por cabotagem eleva-se em 75% entre os períodos 1924/49 e 1940/45, passando da média anual de 1.781 mil t para 3.124 mil t. O transporte de mercadorias por via ferroviária, também para o Brasil inteiro, eleva-se de 71%, entre os períodos 1926/29 a 1940/45, passando de 3.979, a 6.793,5 milhões t/km⁴³.

Em segundo lugar, o comércio de São Paulo com o resto do país, que era deficitário até 1930, passa daí em diante a ser superavitário, em relação ao comércio de cabotagem. Isto poderia indicar duas coisas: ou as exportações paulistas (predominantemente de manufaturados) passaram a expandir-se mais rapidamente, ou as importações decaíram como resultado da diversificação da agricultura paulista e do Sudeste, o que se tratarã adiante. Na verdade, ambas as coisas parecem ter acontecido, segundo indicam os dados estatísticos apresentados por W. Cano. Em primeiro lugar, as exportações paulistas por cabotagem, de 1909-1911 a 1927-29, aumentaram em ritmo mais acelerado do que as importações, tanto em volume como em valor⁴⁴. Assim sendo, a continuar esta si-

⁴³VILLELA & SUZIGAN, op. Cit., Anexo sobre transportes.

⁴⁴CANO, op. Cit., Tab. 32.

tuação, fatalmente o comércio paulista superaria a situação deficitária, mesmo na ausência da depressão. Esta, ao estimular a diversificação da agricultura regional, acelerou esta tendência. Assim, a crise teve efeitos diferentes sobre as exportações e as importações de São Paulo por cabotagem, ou seja, com as demais economias regionais. Entre 1928 e 1930, tanto as exportações como as importações caíram, embora estas mais do que aquelas. Em 1935, as importações haviam aumentado apenas 10%, enquanto as exportações cresceram cerca de 85%, em relação a 1930. Em 1940, as exportações haviam mais do que triplicado, enquanto as importações não chegaram a duplicar, também tomando por base os valores de 1930⁴⁵.

Entretanto, no mesmo período, o comércio de São Paulo por vias internas (portanto com os Estados do Sudeste), cresceu mais do que o de cabotagem, tendo sido, aliás, sempre superior a este. Entre 1911 e 1920, porém, as exportações de São Paulo por cabotagem cresceram mais do que as por vias internas, de modo que a superioridade deste, que era de 138% em 1911, caiu para 27% em 1920. Entretanto, a partir desta data as exportações por vias internas expandem-se muito mais rapidamente do que as de cabotagem. Tomando por base 1920, as exportações por vias internas aumentaram, em 1937, mais de 8 vezes, enquanto as de cabotagem aumentaram menos de 5 vezes; em 1943 as primeiras haviam se multiplicado por 29, e as últimas por apenas 10, ainda com base em 1920. Assim, nesta data, as exportações para os Estados do Sudeste eram 252% superiores as exportações para outras regiões.

⁴⁵ Ibidem, tab. 35

Quanto ao saldo entre exportações e importações por vias internas, é impossível avaliá-las antes de 1937, por falta de dados de importações. Em 1937, porém, as exportações eram 140 % maiores que as importações, caindo progressivamente até 44% em 1943, ou seja, indicando que as exportações cresceram muito menos que as importações. Efetivamente, estas multiplicaram-se por 6 em 1943, enquanto as exportações cresceram menos de 4 vezes, em relação a 1937.

Assim, dois aspectos parecem adquirir grande importância a partir de 1920, acentuando-se depois de 1930. O primeiro deles é a ampliação das vendas de manufaturados de São Paulo para o resto do país, que reflete a grande expansão industrial deste Estado, em especial no setor de bens de produção, dimensionado para um âmbito maior do que uma simples região. Assim, como resultado deste desenvolvimento industrial, São Paulo passa a contar com condições de ter o que vender para as demais regiões, abrindo a possibilidade de uma crescente complementariedade interregional. Mas o aspecto dominante do intercâmbio por cabotagem de São Paulo é o aumento das suas vendas, portanto a conquista de mercados pela sua indústria, e não o aumento das suas compras. Como resultado, já em 1939 as exportações industriais de São Paulo para o resto do país equivaliam a 20% do valor da produção industrial deste último agregado.

O Segundo aspecto que merece destaque é o crescimento maior do intercâmbio de São Paulo com os Estados vizinhos em relação com os Estados distantes. Isto torna evidente que a unificação do espaço econômico regional (Sudeste) tem, neste período, maior importância do que a unificação inter-regional. Efetivamen

te, as exportações e importações por vias internas são mais de 3,5 vezes maiores que por cabotagem.

Pode-se dizer, em resumo, que a partir de 1930 se intensificam as ligações econômicas entre as diversas regiões do país. A região Sudeste começa a deixar de ser apenas um "outro mercado externo" para se converter em fornecedor de manufaturados. Assim, a depressão iniciada em 1929, combinada com a expansão e diversificação industriais anteriores de São Paulo, teve muito mais o efeito de abrir mercado mais amplos para a indústria paulista, do que abrir mercados no Sudeste para a agricultura das demais regiões. W. Cano dá o devido destaque a este fenômeno, que é de importância fundamental. Ressalta ele o fato de que, antes de 1930, o Rio Grande do Sul - Estado cujo intercâmbio com São Paulo se encontrava em termos menos vantajosos - importava de São Paulo 43% menos do que exportava, enquanto a média para os demais Estados era de um volume de importações 73% menor do que as exportações para São Paulo. E o autor conclui:

"A tendência que se esboça entre a primeira e segunda décadas deste século, na reversão do saldo da balança comercial paulista atinge praticamente todos os Estados, que, de exportadores líquidos para São Paulo até antes da "Crise de 1929", se transformariam em importadores líquidos de São Paulo, com volumes de importações superiores em cerca de 50% aos de suas exportações para São Paulo. Pelo exame da tabela 12, parece-me que fica suficientemente claro que, na realidade, o Rio Grande do Sul foi um dos Estados mais atingidos por essa reversão.

"A 'Grande Depressão', comprimindo violentamente a capacidade para importar, provocaria o agravamento da reversão, permitindo à economia de São Paulo, consolidar suas relações econômicas com o resto do país. Entretanto, essa crise foi apenas o instrumento de aceleração desse pro-

cesso: não bastaria sua ocorrência, mas seria necessário que a economia de São Paulo tivesse, já antes da crise - como efetivamente teve - a mais avançada estrutura capitalista de produção do país, tanto na agricultura como, principalmente, na indústria⁴⁶.

Percebe-se, assim, que o aspecto dominante na intensificação das relações inter-regionais após a depressão, é a penetração do capital industrial do Sudeste em geral, e de São Paulo em particular, nos mercados regionais, e esta penetração corresponde à dinâmica da acumulação de capital da região Sudeste e se impõe sobre as demais. Enquanto isto, a penetração dos produtos das demais regiões no Sudeste é um aspecto subordinado e que evolui também segundo as necessidades da acumulação de capital do Sudeste.

Todavia, as indústrias tradicionais desenvolveram-se também significativamente nestas regiões, após a depressão, entretanto, as importações do Sudeste, provavelmente, serviram tanto para cobrir o hiato entre as importações antes procedentes do exterior e a capacidade de produção interna, como para restringir a expansão desta. Efetivamente, é de se supor que, tal como no período da I Guerra, as indústrias destas regiões não estivessem aparelhadas para atender toda a demanda insatisfeita resultante da contração das importações. Deve-se lembrar, por outro lado, que a inexistência de meios de transporte eficientes entre o Sudeste e as demais regiões operou como uma proteção para as indústrias regionais de bens de consumo

⁴⁶CANO, op. cit., p. 99.

2.3. A DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA PAULISTA

A partir de fins do século passado, como resultado da urbanização e da imigração, cresceram as importações de alimentos no Brasil. Até 1901, elas constituíam cerca de 40%, e daí até 1920 cerca de 30% das importações totais⁴⁷. Grande parte deles dirigiam-se ao Distrito Federal e à Amazônia. São Paulo importava essencialmente produtos que o país não podia, na ocasião, substituir; são produtos de consumo de massa (bacalhau e trigo) e das camadas de altas rendas (queijos, vinhos, azeite de oliva, etc), que constituíam "em média, na primeira década do século, cerca de 70 % das importações paulistas em alimentos, e na década seguinte, passam a representar cerca de 90%"⁴⁸.

As importações brasileiras de produtos agrícolas de consumo de massa se reduzem, com exceção do trigo, até praticamente se anularem durante a I Guerra, segundo Villela e Suzigan, o mesmo ocorre em São Paulo, em relação a importações do exterior⁴⁹.

Em São Paulo, diversos fatores atuariam para estimular uma crescente diversificação agrícola e a substituição de importações estrangeiras e, inclusive, de importações de outros Estados. A introdução do colonato permitiu a produção, dentro das

⁴⁷ Apesar da queda relativa, o volume importado expandiu-se apreciavelmente, uma vez que o valor das importações passou de uma média anual de 16 milhões de libras esterlinas durante a década de 1880 para mais de 50 milhões nos anos de 1910. Assim, o valor das importações de alimentos elevou-se cerca de £ 6 milhões para cerca de £ 15 milhões, conforme W.Cano, p.43.

⁴⁸ Ibidem, p. 43-5.

⁴⁹ CANO, op. cit., p. 44.

próprias fazendas cafeeiras, de produtos de subsistência. Concomitantemente, a crescente urbanização ampliou os mercados para esta produção. Finalmente, a introdução de medidas protecionistas em 1905, a crise de preços externos do café (1897 a 1910), o início da imigração de japoneses, essencialmente agricultores, conduziriam a uma produção em expansão, permitindo a substituição total das importações destes produtos durante a I Guerra. Por outro lado, os elevados custos do transporte de cabotagem tornaria possível a substituição também de importações inter-regionais. Apesar disto, todas as restrições enumeradas permitiriam, durante a década de 1910, uma elevação das importações de alimentos por cabotagem. Entre 1911 e 1920, o volume total das importações por cabotagem multiplica-se por 6,7, enquanto as importações por vias internas crescem apenas 3,6 vezes, em valores correntes⁵⁰. Durante o período da I Guerra, as importações de alimentos constituem 59% das importações por cabotagem.

Todavia, os problemas do transporte de cabotagem e o dinamismo geográfico e econômico do café conduziriam a aumentos consideráveis da produção própria e também de importações de Minas Gerais. As quantidades produzidas de açúcar, algodão, feijão, milho e arroz multiplicam-se por mais de três, entre 1901 - 1906 e 1925-1930, sendo o milho por apenas 2,15 mas o arroz por 6,89. O charque, antes importado do Rio Grande do Sul, é substituído por produção própria antes de 1920. No mesmo período começa a expansão do algodão e da cana-de-açúcar em São Paulo, deslocando quase inteiramente a produção nordestina, substituição

50

Ibidem, tab.35

esta que se completa após 1930. Assim, "o excepcional desempenho da agricultura paulista, deslocava antigos e tradicionais fornecedores de seu mercado, tanto no que se refere aos alimentos simples ou industrializados, como em relação às matérias-primas"⁵¹. Minas Gerais seria um grande competidor dos estados sulinos no mercado paulista, pela sua crescente articulação a ele, através da produção da indústria metalúrgica e da produção de cereais e laticínios.

Todavia, o antigo Distrito Federal deve ter constituído um mercado importante para a produção sulina e para a nordestina, considerando que a sua retaguarda agrícola era pouco capaz de expandir a produção de forma acelerada ⁵².

A partir de 1930, as substituições de importações agrícolas de São Paulo se acentuariam, devido à crise da cafeicultura, estimulando uma diversificação ainda maior da sua agricultura. Os casos mais flagrantes são os do algodão e do açúcar. Até 1940 a produção de algodão, em São Paulo, multiplicou-se quase 40 vezes, passando de pouco mais de 8 mil toneladas para 307 mil toneladas em 1940 ⁵³, não só substituindo as importações do Nordeste, como ainda tornando-se grande exportador. O mesmo ocorreu com o açú-

51
CANO, op. cit., p. 251

52
Ibidem, p. 87-100

53
SINGER, Paul I. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1977. p. 329.

car, cuja produção nordestina apenas pode ser salva pela intervenção federal através da criação do IAA e a instituição de quotas de produção por Estado.

Por outro lado, a crise externa tornou praticamente impossível a importação de alimentos de luxo. Assim, "com o vinho, que encontra no Rio Grande do Sul ótimas condições de produção, foi necessária a extraordinária compressão das importações na crise da década de 1930, para que ele pudesse se apropriar efetivamente do mercado nacional"⁵⁴

Vê-se, portanto, que a crise de 1930 teve efeitos contraditórios sobre as relações inter-regionais. Por um lado, acelerou-se o processo, que já vinha se desenvolvendo, de diversificação da agricultura paulista e de substituição de importações agrícolas de outras regiões. Por outro lado, porém, tornou possível a produção nacional de produtos que, anteriormente, se preferia importar devido aos altos custos do transporte de cabotagem, e que São Paulo não tinha boas condições de produzir.

2.4. NASCIMENTO E EXPANSÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Um fator de grande importância na ampliação do mercado interno e na unificação das economias regionais e, mais tarde, da economia nacional, e que dificilmente pode ser superestimado, é o desenvolvimento do transporte rodoviário.

⁵⁴CANO, op. cit., p. 95.

O sistema ferroviário brasileiro desenvolveu-se rapidamente até 1914 e esteve, ligado essencialmente à produção para exportação. Seu último impulso de expansão deu-se no período 1915-1928, passando, a partir daí, a estagnar em extensão e a decair em qualidade e eficiência. "De um modo geral, a expansão da rede ferroviária foi limitada a partir do final dos anos vinte pela crise econômica geral, de um lado, e pelo advento do caminhão, de outro, que impulsionou a construção de estradas de rodagem nos anos trinta"⁵⁵.

A década de 1920 marca o nascimento da era rodoviária no Brasil, "e foi, afinal, a crescente ineficiência da rede de transportes ferroviários que propiciou o impulso verificado nos anos trinta na construção de estradas de rodagem.(...).Assim,nos anos trinta, mais que dobrou a extensão rodoviária, construindo-se em média anual cerca de 15 mil quilômetros de novas estradas"⁵⁶. A importância crescente deste sistema, já nesta época, pode ser avaliado pelo fato de que, na década de trinta, dois planos nacionais de viação tenham sido propostos. Assim, "apesar de suas condições precárias, as rodovias iniciaram nos anos trinta a hegemonia dos transportes terrestres, que se consolidaria no pós-guerra. De fato, embora cerca de 96 por cento das estradas em 1939 fossem de terra e 75% sem qualquer tipo de melhoramento, o transporte por rodovia oferecia maior rapidez e eficiência que o transporte por ferrovia, já então em decadência". Ao mesmo tempo, acrescente-se, era o caminhão que, graças à sua flexibilidade, poderia unir a população rural dispersa e os mercados locais

⁵⁵VILLELA & SUZIGAN, op. cit., p. 379

⁵⁶VILLELA & SUZIGAN, op. cit., anexo sobre transportes.

isolados em mercados integrados de dimensões crescentes.

O maior desenvolvimento rodoviário deu-se, inicialmente, nas regiões Sudeste e Sul que contavam, em 1943, com 66% da extensão total. Como ilustração, registra-se que, "entre 1928 e 1943, as rodovias construídas nessas duas regiões aumentaram em cerca de 2,5 vezes, enquanto no Nordeste não chegavam a duplicar"⁵⁷.

Assim, a ampliação do mercado interno está associado à expansão do transporte rodoviário e do caminhão. O exemplo do Estado de São Paulo é sugestivo: o sistema ferroviário dividiu o Estado em três zonas que se ligavam ao porto de Santos, sem ligações entre si. "(...) Tal estado de coisas só foi remediado com o advento da era rodoviária, pois as ferrovias chegaram ao fim do seu período de influência caminhando sempre à procura do rio Paraná (atingido em quatro pontos) (...). Ao caminhão e às formas primitivas de transporte coletivo (as famosas "jardineiras") vão competir a importantíssima tarefa de encurtar as distâncias, ligando as várias "bacias" ferroviárias do oeste paulista. Na década de 30 já se podia ir satisfatoriamente, de "jardineiras" ou de caminhão de Assis ou Presidente Prudente a Marília, a Lins ou Penápolis e dali a Rio Preto"⁵⁸.

E, portanto, ao transporte rodoviário que cabe promover a ampliação do mercado interno e a sua unificação, na região Su-

⁵⁷ Ibidem, p.390-94

⁵⁸ MATOS, op. cit., p. 118

deste, dando novo impulso à divisão social do trabalho e à industrialização. O mesmo ocorre nas demais regiões, embora em menor escala, sendo porém ainda reduzidas as ligações rodoviárias interregionais.

2.5. SÍNTESE

A análise da evolução das economias regionais até a I Guerra Mundial permite formular o seguinte esquema da sua dinâmica:

O nascimento do complexo exportador cafeeiro e sua evolução para uma economia capitalista de exportação resultam na constituição e rápido crescimento de um mercado interno de dimensões cada vez maiores.

Os demais complexos exportadores enfrentam, ao mesmo tempo, dificuldades cada vez maiores no mercado internacional, acabando por serem expulsos dele. Como resultado, voltam-se para o mercado do complexo cafeeiro, onde passam a colocar os mesmos produtos que antes remetiam ao mercado externo. Deste modo, o complexo cafeeiro opera como apenas "outro mercado externo" para estas regiões. Não há divisão inter-regional do trabalho nem unificação da economia nacional porque o complexo cafeeiro não lhes tem o que vender, ou tem muito pouco, até a I Guerra Mundial.

Todavia, a acumulação de capital no complexo cafeeiro tem uma dinâmica própria que irá, progressivamente, subordinando as economias regionais. Em primeiro lugar, a economia do complexo cafeeiro liga-se estreitamente ao mercado mundial, com a qual tem

sua conexão principal, sendo as ligações com as demais regiões brasileiras secundárias. Assim, é do mercado mundial que ele obtém os bens de consumo de massa (alimentos e manufaturados) e de capital, que ainda não pode produzir. Das demais regiões importa apenas o que não pode obter no exterior ou por seus próprios meios.

Quando se impõem restrições às importações, a substituição é obtida, preferencialmente, por diversificação econômica interna do que por importações de outras regiões. Estas outras regiões ficam, portanto, inteiramente à mercê do dinamismo interno do complexo cafeeiro. Este substitui inclusive os produtos tradicionalmente exportados pelas outras regiões, tais como algodão, açúcar, charque, etc. Mesmo em condições de fortes restrições externa, o complexo cafeeiro prefere importar do exterior bens que não pode produzir, do que importá-los de outras regiões brasileiras aptas a fornecê-los, tais como a madeira (do Paraná), os vinhos e queijos (do Rio Grande do Sul), o sal (do Nordeste) etc. Somente a situação de drástica crise externa, na década de 1930, será capaz de alterar esta situação. Mesmo assim, o complexo cafeeiro será capaz de diversificar-se excepcionalmente neste período, importando de outras regiões apenas aquilo que, por falta de recursos naturais próprios, não pode produzir, como são os casos da madeira e do vinho. Assim, o que determina a possibilidade de outras regiões penetrarem no mercado do complexo cafeeiro não é nem a tradição econômica nem a existência de recursos naturais específicos nestas regiões, mas a inexistência de condições naturais específicas no complexo cafeeiro.

Assim, a diversificação econômica no complexo cafeeiro,

comandada pela dinâmica da sua acumulação conjunta de capital, na ausência absoluta de oportunidades externas para as demais economias, tem dois efeitos: por um lado, estreita drasticamente as oportunidades de mercado interno para as economias regionais e, por outro, por isto mesmo, subordina a dinâmica delas à dinâmica própria do complexo cafeeiro. Na medida em que o faz, a diversificação econômica nestas regiões, em termos da constituição de um setor industrial e de serviços - e portanto da constituição de um mercado interno dinâmico -, está também condicionada, e por conseguinte limitada, devido aos efeitos compressivos da diversificação do complexo cafeeiro.

Assim, o atraso relativo dos compartimentos industriais regionais frente à indústria do Sudeste aumenta persistentemente. Enquanto aqueles crescem lentamente, esta se expande aceleradamente, unifica seu mercado regional, diversifica-se pela introdução de um setor de bens intermediários e de capital, acumula economias externas e ganha em escala. Ainda antes de 1930 lança as primeiras investidas aos mercados regionais, produzindo um efeito depressivo adicional: se antes limitava indiretamente as possibilidades de expansão industrial destas regiões, via estreitamento dos mercados para seus produtos primários, agora passa a agir diretamente, competindo com elas nos seus próprios mercados. Esta tendência se acentua após a crise de 1929, quando o Sudeste (centro-sul), "correndo adiante das demais regiões, a ela cabia a iniciativa da escolha dos ramos industriais a serem implantados no país. E à medida que diversificava sua produção ia se tornando o fornecedor obrigatório de um crescente número de produtos - a política econômica se incumbiria de impedir às demais regiões a aquisição no exterior das manufaturas já produzi-

das no país", ou seja, no Sudeste.⁵⁹

Assim, a crise de 1930 tem dois efeitos perversos sobre as demais regiões: pelo aumento da diversificação agrícola no Sudeste, impede a expansão ou mesmo elimina mercados de produtos que antes exportava para lá; pelas restrições externas, impunha a extensão dos mercados da indústria do Sudeste para todas as regiões do país.

Como resultado destas circunstâncias, o crescimento da indústria paulista apresenta taxas muito superiores às das demais regiões. Entre 1907 e 1919, ela cresce, em termos nominais, "na proporção de 1:8,5 ao passo que a indústria do resto do país crescia na proporção de 1:3,5"; entre 1919 e 1939, os números correspondentes são 1:7,0 e 1:3,9 respectivamente.⁶⁰

Nestas condições, "as indústrias das demais regiões passariam, a partir da década de 1930, a ter uma expansão industrial bastante condicionada, Subsistiriam alguns compartimentos industriais específicos que ainda se beneficiavam de proteção natural" enquanto outros vegetariam, subordinados às condições dominantes da demanda externa. Por outro lado, os segmentos industriais que mais cresceriam seriam aqueles vinculados à complementação industrial (ou ao abastecimento alimentar) da economia paulista.⁶¹ Ou seja, consolidava-se a "ascendência nacional do Centro-Sul, definindo parâmetros que a industrializa-

⁵⁹ CASTRO, op. Cit., p. 100

⁶⁰ CANO, Op. cit., p. 253

⁶¹ Ibidem, p: 254-255

ção das regiões deveria daí por diante acatar"⁶²

Os impactos destes acontecimentos sobre as economias regionais seriam depressivos, embora em grau variável, segundo cada região. De modo geral, porém, o impacto negativo seria maior quanto maior o desenvolvimento prévio da economia regional exportadora, conforme se verá adiante. O resultado será, de forma crescente, a desorganização da economia previamente existente e a crise, que se resolverá, em grande parte dos casos, em emigração.

Assim por ocasião do término da II Guerra Mundial, a superioridade da região Sudeste sobre as demais era, sob todos os pontos de vista, incontestável. Não somente abrigava cerca de um terço da população brasileira, como apresentava o maior índice de urbanização. A renda gerada nesta região correspondia a cerca de 63% da renda nacional, constituindo não só o maior mercado do país, mas o núcleo dominante deste mercado. A região detinha, ademais, as maiores redes rodoviária e ferroviária, em extensão e qualidade, unificando fisicamente uma parcela significativa do seu território; somente no Estado de São Paulo concentravam-se 57% de toda a potência hidrelétrica instalada no país. Sua agricultura e sua indústria eram as maiores e as mais diversificadas do país, contando com um setor nascente de bens de capital.

A partir da Revolução de 1930 o país sofrera transformações político-institucionais cujo sentido geral é o da consti-

⁶²CASTRO, op. cit. p. 100

tuição de um Estado nacional unificado, cuja base material é a conformação progressiva de uma economia nacional unificada sob a hegemonia do capital industrial gerado no complexo cafeeiro e concentrado em São Paulo.

Dentre as transformações político-institucionais devem ser ressaltadas: a redução drástica da autonomia dos Estados e a imposição do controle federal sobre as atividades exportadoras nucleares das diversas regiões através da criação de órgãos federais (o IAA para o açúcar, o IBC para o café, o Instituto Nacional do Pinho, os Institutos da Borracha e do Mate etc). As transações comerciais e financeiras são colocadas sob controle federal através da criação do Conselho Federal de Comércio Exterior e da centralização do câmbio. O intercâmbio interestadual é facilitado pela remoção dos impostos estaduais sobre este comércio, e as barreiras institucionais às migrações internas são eliminadas, ao mesmo tempo que se impõe restrições severas às imigrações estrangeiras⁶³. Os códigos de Minas e Águas retiram o controle das reservas minerais e hídricas das mãos dos proprietários de terras e dos governos estaduais, ao mesmo tempo que se esboçam planos viários de âmbito nacional e se intensifica a expansão da rede rodoviária.

⁶³ LAMBERT, J. Os dois Brasis. São Paulo, Ed. Nacional, 1967. p. 70-2.

3. A UNIFICAÇÃO CONSUMADA:

EXPANSÃO INDUSTRIAL, DESTRUICÃO DO COMPLEXO RURAL E MIGRAÇÕES INTERNAS

O processo de unificação da economia nacional, cujos primórdios foram analisados, acelera-se após a II Guerra Mundial e dá um salto qualitativo na década de 1950. Viu-se também que este processo tem como eixo o processo de acumulação no Sudeste, que progressivamente condiciona, limita e subordina a ele o desenvolvimento das demais regiões.

Foi visto ainda que o aspecto dominante deste processo de unificação é a penetração da indústria do Sudeste nos mercados das demais regiões, ou seja, a constituição progressiva e "gradual unificação do mercado de manufaturas"⁶⁴ que se dará sobretudo a partir dos anos 50.

Nesta seção pretende-se indicar a maneira pela qual o processo de subordinação das economias regionais pela dinâmica da acumulação no Sudeste, que se inicia já nas primeiras décadas do século, provoca a integração econômica entre as diversas regiões. Todavia, o aspecto mais importante a ser considerado não será o aumento do intercâmbio entre elas, mas o modo pelo qual o processo de unificação lança as economias regionais à crise. Tentar-

⁶⁴ CASTRO, op.cit.. p.125

se-ã mostrar como a crise é aprofundada pela penetração dos produtos industriais do Sudeste nestas regiões, destruindo o "complexo rural" e convertendo-o progressivamente em "setor agrícola" de um mercado nacional em constituição e como o setor industrial destas regiões deve adaptar-se aos termos impostos pela expansão da indústria do Sudeste. Ver-se-ã ainda como a crise se resolve, em grande parte, em migrações, resultando em importante redistribuição geográfica da população. Esta redistribuição se expressa tanto numa elevação do ritmo de urbanização no país como um todo, como na criação de novas e importantes zonas agrícolas.

Assim sendo, as migrações são encaradas como resultado e parte integrante do processo de constituição de uma economia nacional unificada, tal como sugerem J. Balán e J.R. B. Lopes. Elas se tornam compreensíveis, portanto, no contexto da "formação de um centro econômico dinâmico de âmbito nacional e (d) a concentração de poder em um núcleo com capacidade de decisão sobre todo o território e sobre um montante de atividades cada vez maior (que) acabaram com autonomias regionais e com estruturas político-econômicas que tornavam difícil a transferência de recursos e dificultavam a mobilidade geográfica da população"⁶⁵.

A presente análise levarã em conta os seguintes fatos fundamentais já indicados nas seções anteriores: a grande importância do que se denomina "complexo rural" nas economias regionais brasileiras; a crise à qual se viram lançadas estas economias

⁶⁵ BALAN, Jorge, Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico comparativa. Estudos CEBRAP, (5): 45, 1973.

devido à sua subordinação ao processo de acumulação do Sudeste, tanto em relação ao dinamismo da diversificação interna agrícola e industrial desta região, quanto em relação à penetração dos seus produtos industriais nas demais regiões. Este último aspecto terá importância fundamental na nossa análise.

Finalmente, esta análise se concentrará nos acontecimentos verificados a partir de 1945. Não se fará menção especial às características da industrialização brasileira neste período, que está analisada no relatório do Diagnóstico do Setor Secundário. Alguns aspectos importantes, porém, devem ser ressaltados, por constituírem condicionantes fundamentais das tendências setoriais observadas neste período, que são os seguintes: a rede de comunicações rodoviárias dentro das regiões e, sobretudo, entre as regiões e continuamente ampliada, tornando possível uma acentuada aceleração do intercâmbio inter-regional de mercadorias por via rodoviária⁶⁶; sobre esta base, a indústria do Sudeste conquista o mercado nacional, levando à crise as indústrias regionais e destruindo o complexo rural; a diversificação da agricultura do Sudeste alcança um limite, passando a depender cada vez mais de alimentos e matérias-primas agrícolas das demais regiões; a concentração industrial no Sudeste, aumenta ainda mais a partir do fim da II Guerra Mundial.

3.1. AS MIGRAÇÕES INTERNAS

Sabe-se que as imigrações estrangeiras tiveram importân-

⁶⁶ BARAT, Josef., Crise do petróleo e reformulação da política de transportes. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 5 (2): 475-516, dez. 1975.

cia fundamental no processo de desenvolvimento brasileiro a partir das últimas décadas do século XIX, e até a década de 1930, especialmente nas regiões Sudeste e Sul. No complexo exportador cafeeiro, em especial, estas imigrações tiveram papel determinante na constituição de um mercado de trabalho e na expansão do trabalho assalariado. As migrações internas ao contrário, foram de pequena significação neste período. As causas disto foram discutidas por Furtado, Graham & Hollanda, Cardoso de Mello, entre outros.

Durante os anos 20 é que as migrações internas começam a adquirir importância, em relação às imigrações, destacando-se os movimentos de mineiros e nordestinos para o Sudeste e o Sul. É a partir da década de 1930 que as migrações internas passam a predominar sobre as imigrações, sujeitas estas a severas restrições governamentais⁶⁷. Desde a década de 1930, as migrações internas se aceleraram até atingir um auge significativo durante os anos 50, caindo um pouco durante os anos 60. Estas migrações inter-regionais apresentaram duas correntes significativas: as rurais-rurais, isto é as que procediam de meio rural de regiões em crise e se dirigiam também ao meio rural de outras regiões; e as rurais-urbanas, que se dirigiam às cidades da sua própria região ou de outras regiões. Deve-se assinalar que o crescimento urbano, tal como as migrações inter-regionais, acelerou-se e constitui um fenômeno marcante do período que começa em 1930.

Vê-se assim que algo que parecia impossível nos fins do século XIX, isto é, a mobilização da população nativa brasilei-

⁶⁷ LAMBERT, op. cit., p. 70-1

ra como força de trabalho para o complexo cafeeiro - na agricultura e na grande indústria nascente - passaria a tornar-se não só possível, como se tornaria um fenômeno avassalador. E esta população não só se mobilizou para o complexo cafeeiro, como desbravou e ocupou grandes zonas até então virgens, tais como o norte do Paraná, o Maranhão, o Centro-Oeste.

Assim é evidente que as razões que, no final do século XIX, impediavam a movimentação destas populações passaram, a partir dos anos vinte, a deixar de existir. Os obstáculos descritos pelos diversos autores eram poderosos, de natureza econômica e político-institucional. Assim sendo, somente transformações econômicas e político-institucionais de vulto teriam sido capazes de colocar por terra aqueles obstáculos.

Estas transformações foram, basicamente: em primeiro lugar, o desenvolvimento da produção mercantil em escala crescente nas diversas regiões; em segundo lugar, a crise dos seus mercados externos e a progressiva subordinação destas regiões à dinâmica da acumulação no Sudeste e, finalmente, a decomposição do "complexo rural" e a reorientação do desenvolvimento industrial destas regiões como resultado da penetração industrial do Sudeste. As duas primeiras já foram sumariamente estudadas em seções anteriores. Passar-se-á agora a analisar os efeitos da penetração industrial do Sudeste sobre a organização econômica das diversas regiões.

3.2. A NACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL DO SUDESTE, A QUEBRA DA AUTONOMIA DAS ECONOMIAS REGIONAIS E A DECOMPOSIÇÃO DO "COMPLEXO RURAL".

Em seção anterior descreveu-se, sumariamente, as características principais do desenvolvimento das economias exportadoras regionais. São economias essencialmente rurais, mas não produzem apenas produtos agrícolas, não podendo portanto ser equiparadas ao "setor agricultura" de uma economia capitalista avançada. Elas podem ser caracterizadas, portanto, como "complexos rurais" que, a partir da abolição da escravidão, tornam-se crescentemente mercantis, e sofrem um processo gradual de divisão do trabalho que permite, finalmente, a diferenciação "setorial" destas economias, com a constituição de setores industrial e de serviços, que rompem seus vínculos diretos com o meio rural e se instalam nas cidades.

É importante reprimir que não apenas a produção agrícola se torna mercantil, mas também a manufatureira e de serviços, no interior do "complexo rural". O artesanato e a manufatura domésticos eram particularmente importantes no Sul e no Nordeste, tanto para o autoconsumo como para o mercado, conforme já se mencionou em seção anterior (ver ainda, a respeito, M. Diégues Júnior; A.B. Castro - 7 ensaios sobre a economia brasileira, Villela & Suzigan - J.R.B. Lopes Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945). Ademais, com exceção do Sudeste, nas demais Regiões não chegou a constituir-se um mercado regional integrado, senão tardiamente caracterizando-se elas, muito mais, por grande número de pequenos mercados locais relativamente isolados, de dimensões variáveis, dispersos pelo interior e repre-

sentados pelas pequenas cidades e localidades interioranas.

Nestas condições, os trabalhos agrícola, manufatureiro e de serviços combinavam-se de formas variadas nas próprias unidades de produção individuais do complexo rural, não estando inteiramente separados, a não ser na grande indústria das cidades maiores. O pequeno produtor agrícola. Poderia desenvolver uma ou mais destas atividades para o mercado, seja autonomamente, seja como assalariado das pequenas empresas artesanais ou semi-artesanais, seja através do trabalho doméstico contratado por comerciantes, numa organização semelhante ao "putting-out system" inglês⁶⁸.

Assim sendo, a reprodução das condições de vida das populações destas regiões passava, em escala crescente, pelo mercado, à medida que as economias regionais se mercantilizavam. Do mesmo modo, a sobrevivência de cada produtor individual, embora em grau variável, passa também parcialmente pelo mercado e combina, de modo geral, dois ou três tipos de atividades (na agricultura, na manufatura e nos serviços), também em proporções variáveis.

Resta lembrar que o dinamismo de cada economia regional estava ligada a um ou alguns poucos produtos de exportação. Assim, a velocidade em que se expandia a produção mercantil e a economia se diferenciava dependia dos mercados externos.

⁶⁸ LOPES, J.R.B. Desenvolvimento e Mudança Social, São Paulo, Ed. Nacional, 1976. p. 39.

Considere-se agora o que ocorre quando as economias regionais, excluídas dos mercados externos no início deste século e, posteriormente, principalmente a partir da década de vinte, encontrando barreiras também no mercado do Sudeste para seus produtos tradicionais, começam a ser invadidas pela produção industrial do Sudeste, sobretudo a partir da década de trinta, mas atingindo o auge durante a década de 50.

i) A Decomposição do Complexo Rural

A penetração dos produtos industriais do Sudeste, teria como efeito inviabilizar a reprodução das condições de existência do complexo rural. Dada a melhor qualidade daqueles produtos e seus preços muitas vezes inferiores, eles deslocam do mercado os produtos manufaturados dos pequenos produtores do interior.

Assim, na medida em que a penetração dos produtos da região mais desenvolvida é crescente e cobre uma parte cada vez maior do consumo de manufaturados regionais, destrói-se, com maior ou menor rapidez, um dos esteios sobre os quais assenta a reprodução do complexo rural. Por outro lado, junto com os produtos industriais desenvolvem-se, também serviços especializados, sobretudo o comércio, o crédito e o transporte, substituindo inúmeras atividades antes integrantes do trabalho do complexo rural. Assim, começa a ser destruído o segundo esteio não-agrícola do complexo rural.

O efeito destes dois fenômenos é fatal para as economias rurais regionais, pois elimina dois campos de atividade que constituíam parte integrante do trabalho das populações interioranas.

Assim, dois componentes do trabalho em que elas se aplicavam e dos quais retiravam parte da sua sobrevivência passam a lhes ser subtraídos, ou seja, parte importante da força de trabalho fica desocupada.

A medida que estes fenômenos se ampliam, a única alternativa para a população rural é voltar-se para o trabalho exclusivamente agrícola, ao qual progressivamente o trabalho produtivo desta população é confinado. Todavia, de modo geral a reconversão total do trabalho não-agrícola antes desenvolvido, em trabalho exclusivamente agrícola torna-se impossível. Isto é resultado tanto da estrutura fundiária, quando a parcela de terra de posse dos produtores é insuficiente para permitir um volume de produção (para autoconsumo e mercado) suficiente para a sua sobrevivência, como do fato de que boa parte deste trabalho já não está habilitado para a produção. Ademais, dada a pequena proporção da população urbana, o excedente agrícola resultante da reconversão de todo o trabalho não-agrícola não encontraria colocação no mercado⁶⁹.

De qualquer modo, o primeiro efeito da penetração dos produtos industriais da região mais desenvolvida é a reconversão do trabalho não-agrícola em trabalho agrícola, resultando daí uma intensificação da agricultura. Na medida, porém, em que isto é impossível integralmente pelas razões apontadas acima, uma parte da população rural é obrigada a emigrar, para as cidades ou

⁶⁹ SINGER, Paul J. Dinâmica populacional e desenvolvimento; (o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico) São Paulo, Ed. CEBRAP, 1970. p. 114-5.

para a fronteira agrícola existente. Deste processo resultam, por conseguinte, tanto um aumento da urbanização como o desbravamento e ocupação de novas áreas agrícolas.

Deste modo, a decomposição do complexo rural produz, por um lado, trabalhadores para o setor urbano em expansão, que inclui tanto a indústria como os serviços que acompanham o aumento da mercantilização da economia e da urbanização, como a ampliação da produção agrícola de alimentos e matérias-primas demandadas por eles, seja na regiões já ocupadas, seja em regiões novas.

Estas transformações conduzem, de imediato, a uma queda na produtividade do trabalho agrícola, uma vez que ainda não estão criadas as condições para um rápido progresso técnico na agricultura. Eis como Paul Singer coloca a questão:

"Se o excedente alimentar deve crescer, então mais trabalho deve ser desviado de outras atividades para a agricultura, a não ser que a produtividade do trabalho agrícola possa se elevar de forma acentuada e contínua". Como isto não acontece devido à ausência de rápido progresso técnico, "a produtividade do trabalho agrícola tende a cair, pelos motivos expostos a seguir:

"O aumento do excedente alimentar produzido pelo SS (Setor de Subsistência) requer o aumento do tempo de trabalho dedicado à agricultura, que servirá para estender o cultivo a novas áreas ou para intensificar o cultivo nas áreas já existentes. No primeiro caso, a disponibilidade, de áreas cultiváveis ainda não utilizadas é indispensável. A incorporação destas novas áreas exige, via de regra, volume considerável de trabalho de investimento em derrubada de florestas, construção de caminhos e pontes, de modo que a produção adicional possa atingir o mercado urbano etc..."⁷⁰.

⁷⁰ SINGER, op. cit., nota 69, p. 82-3

Ademais, a intensificação do trabalho agrícola nas áreas já cultivadas, conforme demonstra, equivale à "substituição da terra por trabalho" e, sem mecanização concomitante, provoca uma certa queda na produtividade do trabalho, de modo que a produção de um excedente alimentar crescente, pelo SS, requer um aumento mais que proporcional do tempo de trabalho devotado às fainas agrícolas⁷¹.

Todavia, "a crescente divisão do trabalho entre o SMI (Setor de Mercado Interno) e o SS liberará mais mão-de-obra neste último setor, do que poderá ser absorvida para a produção do excedente alimentar. Isto deverá acontecer porque a oferta de bens manufaturados pelo SMI permitirá aos trabalhadores do SS dedicar mais tempo à agricultura. Embora rendimentos decrescentes do trabalho possam reduzir a produtividade de cada hora a mais de trabalho gasto na agricultura, o aumento absoluto de tempo dedicado à atividade agrícola possivelmente compensará a queda da produtividade e ainda permitirá tal aumento de produção que se formará um excedente de força de trabalho (grifo do autor) a ser absorvido pelo SMI"⁷².

Assim, para Singer, a liberação de um excedente de força de trabalho "depende da penetração de artigos industriais provenientes do SMI no SS, onde eles deslocam numerosos artesãos rurais e pessoas anteriormente empregadas na indústria doméstica. Este fato, combinado com o rápido crescimento vegetativo da população do SS acaba dando lugar a um excedente de mão-de-obra, que

⁷¹ Ibidem, p. 84-5

⁷² Ibidem, p. 116

pode ser atraído para a colonização de áreas novas, se tais estiverem disponíveis, ou que migrará às cidades, se não houver mais áreas de 'fronteira'⁷³. Nos Estados do Sul, até 1950, o resultado foi a ocupação das zonas mais a Oeste. Nas regiões Nordeste e Sudeste isto também se deu, porém as áreas ocupadas eram muito mais reduzidas e insuficientes para a absorção de toda a população deslocada das zonas já povoadas. Foram ocupadas, nestas regiões, sobretudo o Triângulo Mineiro, o Vale do Rio Doce (incluindo o Espírito Santo) e o Maranhão.

Se for observado o início da migração interna para o Sudeste, a partir dos anos vinte, verificar-se-á que ela procedia sobretudo de Minas Gerais e do Nordeste. Nesta última região, além dos efeitos destrutivos da penetração industriais no complexo rural, há que acrescentar a crise introduzida na produção do açúcar e do algodão pela competição de São Paulo e as secas da década de 1930 (Ver Andrade; Singer, 1977; Graham & Hollanda).

Todavia, já se registrou que, aproximadamente entre 1920 e 1945, dá-se um vigoroso processo de integração do mercado regional do Sudeste, cujo resultado foi portanto uma rápida destruição do complexo rural, a abertura dos mercados locais e sub-regionais e a concentração industrial na cidade de São Paulo. Assim, grande parte dos contingentes que se dirigiram às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e demais do interior provieram da própria região. É o que mostram Graham e Hollanda Filho, ao analisarem o "papel do crescimento industrial na promoção de migra-

⁷³ Ibidem, p. 114

ção nos anos trinta": "Sendo uma área primordialmente urbana, muitos migrantes nacionais (native born) destinados ao Rio nesta época muito provavelmente encontraram emprego em ocupações industriais, pelo menos nos anos trinta. Isto também sugere que a maioria dos migrantes para o Rio não vieram do quadro rural de Minas Gerais, Bahia e o Nordeste, mas sim dos quadros urbanos dos Estados vizinhos do Rio de Janeiro e Minas Gerais". Em São Paulo, o crescimento urbano proveio principalmente dos antigos imigrantes estrangeiros que refluíam para a capital e aqueles que eram expulsos dos quadros urbanos do interior pela quebra do complexo rural e pela concentração industrial na capital. Enquanto isto, a "nova fronteira" paulista, no centro e oeste, absorvia migrantes mineiros e nordestinos procedentes dos quadros rurais daquelas regiões. "Este crescimento das novas regiões de fronteira (de São Paulo) de 1920 a 1940 é quase o dobro do aumento de população nos municípios dentro e em torno da capital (São Paulo) e Santos e representa quase 60% do crescimento total da população do Estado todo de 1920 a 1940"⁷⁴.

Como já foi dito, é a partir de II Guerra Mundial, e sobretudo durante a década de 50 que a indústria do Sudeste estende sua influência a todas as regiões do país, provocando uma generalizada ruína dos quadros do complexo rural em todas elas. Não é por acaso, portanto, que seja esta a década em que são mais intensas as migrações inter-regionais no Brasil.

⁷⁴ GRAHAM, D.H. & HOLLANDA FILHO, S.B. Migration, regional and urban growth and development in Brazil: a Selective Analysis of the historical record 1872-1970. São Paulo. IPE/USP. 1971. p. 73.

Referindo-se ao Nordeste, diz Lopes: "... em grande parte do sertão quebrou-se nos anos 40 e 50 o isolamento e penetraram os produtos manufaturados nas pequenas cidades e mesmo nas áreas rurais. A conseqüente destruição do artesanato rural acentuou o caráter mais puramente agrário da economia sertaneja e agrestina e tornou-a mais vinculada ao mercado, intensificando particularmente as vendas de excedentes da produção de autoconsumo"⁷⁵. Em outro trabalho, referindo-se também principalmente ao Nordeste: "A emergência gradual do mercado em escala nacional, além de provocar o êxodo rural, torna-se responsável pelo desaparecimento do artesanato nessas áreas, aumentando ainda mais o descompasso entre a demanda e as oportunidades de trabalho nelas existentes". Finalmente, eis a situação do artesanato nestas condições: "sobrevivência precária, solapada, num ramo depois do outro, pela melhoria dos transportes, pela mais completa integração dos consumidores marginais à economia mercantil (...) e pela penetração final do artigo industrializado. É um capítulo da constituição do mercado interno nacional"⁷⁶.

Castro, analisando a evolução do Nordeste, ressalta que, "dentre as transformações maiores verificadas entre o imediato pós-guerra e o início dos anos 60, destacam-se a integração do arquipélago nordestino e sua crescente vinculação com a economia do Centro-Sul"⁷⁷. Já foi visto, pelas palavras do mesmo autor, a importância do transporte rodoviário neste processo de integra-

⁷⁵ LOPES, J.R.B. Do Latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo. São Paulo, Brasiliense, 1976. p.9

⁷⁶ LOPES, op. cit., nota 68, p. 37-40.

⁷⁷ CASTRO, op. cit., p. 195.

ção do mercado regional, quebrando o isolamento dos mercados locais dispersos pelo interior. Para a indústria da região, "a crescente integração do mercado nordestino apontava, no entanto, no sentido de maior concentração industrial através da exclusão de empresas marginais cuja sobrevivência era, até então, favorecida pelos altos custos do transportes intra-regional. (grifo nosso). Em outro plano, a maior 'proximidade' dos competidores nacionais importava, em muitos casos, a permanência ou mesmo o recuo para a faixa dos produtos 'inferiores'"⁷⁸. A grande indústria nordestina, concentrada em produtos tradicionais, que até a década de 50 exportava para o resto do país grande parte da sua produção, "no pós-guerra vinha perdendo terreno nos mercados centro-sulinos. No mercado regional, por outro lado, crescia a penetração dos artigos provenientes do Sul"⁷⁹. A dinâmica da indústria têxtil do Centro-Sul limitava "progressivamente as exportações nordestinas às faixas inferiores do mercado - aquelas que menos cresciam. No próprio mercado regional, penetrariam progressivamente os produtos sulinos de melhor qualidade e apresentação. O Nordeste acertava, implicitamente, uma divisão do trabalho altamente desfavorável, pela qual lhe cabia atender à demanda de produtos 'inferiores' do resto do País e, mesmo, na própria região, a medida que ali penetrassem os artigos do Centro-Sul"⁸⁰.

O rompimento das condições de existência do complexo rural pela unificação do mercado de manufaturas e a sua "abertura"

⁷⁸ CASTRO, op. cit., p. 193

⁷⁹ Ibidem, p. 189.

⁸⁰ Ibidem, p. 185.

para o mercado teria, sobre a produção agrícola, os efeitos antes apontados por Singer, conforme descreve Castro: "as oportunidades ampliadas de comercialização abriam novos horizontes (e criavam novas necessidades) para o agricultor. Até então, seu trabalho se dispersava por grande número de atividades, dentre as quais se destacavam, sem dúvida, os cuidados exigidos pelo gado e/ou o algodão. A família, através de todos os seus membros, procurava cobrir boa parte das necessidades comuns de alimentos, bebidas, vestuário, calçados e utensílios vários, combinando o trabalho no campo com o artesanato caseiro. (...) Com a crescente penetração do caminhão, o trabalho anteriormente dedicado ao transporte e venda de mercadorias (em mercados distantes e duvidosos) e, bem assim, o esforço orientado para a obtenção doméstica de certos alimentos e manufaturas simples vai sendo reorientado em favor de culturas comerciais. Esta reorientação não apenas eleva a quantidade de trabalho dedicada às atividades agrícolas voltadas para mercado, como incrementa a produtividade (grifo do autor) do trabalho: o esforço produtivo se concentra gradativamente nas atividades que ofereçam maiores resultados"⁸¹.

Assim sendo, a expansão e a concentração industrial no Sudeste e a unificação do mercado de manufaturas constituiriam duas faces de um mesmo processo: o da unificação da economia nacional. Os compartimentos industriais das diversas regiões sofrem uma profunda reorientação na sua evolução, no sentido de complementarem o núcleo do parque industrial, instalado no Su-

81

CASTRO, op. cit. p. 181.

deste. O complexo rural converte-se, progressivamente, em um setor propriamente agrícola.

A unificação da economia nacional, todavia, decorreu não apenas das forças atuantes nos contextos econômicos internacional e nacional, mas foi fomentado decisivamente pela ação do Estado nacional. As políticas econômicas postas em prática após 1930 confirmaram as tendências que se anunciavam desde antes, no sentido da nacionalização da indústria gerada no seio do complexo cafeeiro. A política de comércio exterior, em particular, conforme análise constante deste relatório, teve o sentido não só de subordinar o intercâmbio externo às exigências de expansão industrial, de modo geral, mas especificamente de confirmar a concentração no Sudeste e unificar o mercado nacional de manufaturas.

No processo de unificação da economia nacional após 1945 tem especial importância a transformação nas condições do desenvolvimento agrícola no Sudeste, de modo geral, e em São Paulo em particular, questão esta que se passará a analisar, embora sumariamente.

ii) Esgotamento da fronteira agrícola e expansão pecuária no Sudeste

Em seção anterior apontou-se a importância que teve a diversificação da agricultura do complexo cafeeiro, no sentido limitar a expansão das importações agrícolas de outras regiões, de modo especial após a Grande Depressão. Efetivamente, o período 1920-40 constitui a última grande arrancada paulista em dire-

ção à fronteira, quando foram ocupadas as zonas central e oeste deste Estado.

A partir de 1940, porém, dois fatores vieram a limitar a capacidade de auto-suficiência agropecuária do Sudeste: por um lado, o esgotamento das melhores terras agricultáveis e, por outro, a extraordinária expansão da pecuária de corte. É difícil avaliar em que medida o aumento das importações inter-regionais (por efeito do desenvolvimento de meios de transporte mais eficientes e da ocupação das novas áreas adjacentes - como o norte do Paraná), foi causa ou efeito das transformações operadas na agricultura do Sudeste. O mais provável é que, na medida em que o intercâmbio inter-regional se tornava mais fácil e mais dinâmico, o desenvolvimento agrícola das outras regiões tenha interferido crescentemente na transformação da agricultura do Sudeste, operando-se uma complementariedade entre ambas.

A análise da evolução da renda da agricultura brasileira já tornou evidente uma queda acentuada da participação do Sudeste após a II Guerra, enquanto aumentava correspondentemente a participação das demais regiões. Os dados dos censos agropecuários indicam o mesmo. A partir de 1940, a área cultivada total aumentou, no Sudeste, apenas 13%, enquanto no conjunto do Brasil o aumento foi de 80% até 1970, e em São Paulo de apenas 9%. É verdade que o Sudeste experimentou uma substituição acentuada de lavouras permanentes (café), por temporárias, mas mesmo assim o crescimento destas é inferior ao do Brasil. Assim, a área de lavouras temporárias aumentou 36% no Sudeste e em São Paulo, e 102% no Brasil (tendo sido de 371% no Centro-Oeste, 288% no Sul e 60% no Nordeste).

O subsetor que apresentou maior crescimento na agricultura do Sudeste, neste período, foi a pecuária. Enquanto o rebanho bovino brasileiro aumentou 128%, no Sudeste o aumento foi de 124% e em São Paulo 187%.

O fim de acentuar o contraste entre o crescimento das lavouras e da pecuária, observe-se os dados de área correspondentes. No Sudeste, a área de lavouras passou de 8,5 para 10,0 milhões de hectares, enquanto a área de pastagens se elevou de 26,7 para 38,4 milhões de hectares. Em São Paulo, a área cultivada passou de 4,3 para apenas 4,7 milhões de hectares, enquanto o aumento das pastagens foi de 6,3 para 11,5 milhões de hectares.

Nestas condições, o desenvolvimento industrial e a unificação da economia após 1945, criaram as condições para uma crescente complementariedade econômica entre as regiões brasileiras. Esta complementariedade significa a constituição de uma certa divisão inter-regional do trabalho que, no período considerado, tomou a forma de uma concentração industrial no Sudeste e uma especialização agrícola nas demais regiões. Em outras palavras, não apenas as demais regiões passaram a abrigar, em termos agregados, primordialmente o "setor agricultura" na divisão intersetorial do trabalho da economia nacional unificada, como se iniciou o processo de divisão inter-regional de trabalho - ou a especialização em certo conjunto de produtos - na própria agricultura. Este processo corresponde à formação de "regiões agrícolas" especializadas.

Na medida em que a expansão industrial do Sudeste promove, por um lado, a conversão do complexo rural em setor específica-

mente agrícola e, por outro lado, abre seus mercados para a produção agrícola de outras regiões, dando origem a uma crescente especialização da produção agrícola, as migrações internas passarão a ser resultado, também, das transformações técnicas que se operam ao nível da produção agrícola, da mudança da composição da produção agrícola em certas regiões (por exemplo, a substituição de lavouras por pecuária, ou de lavouras intensivas em mão-de-obra por outras menos exigentes etc), da competição de produtos de novas regiões melhor localizadas etc.

3.3. SÍNTESE

O período que começa nos anos quarenta marca a etapa da efetiva constituição da economia nacional unificada. A economia de todas as regiões subordina-se à expansão industrial do Sudeste. Seus segmentos industriais incorporam-se, através de reajustamentos vários, à dinâmica da acumulação do capital industrial do Sudeste, constituindo-se um setor industrial nacional, concentrado no Sudeste. Sob o impulso das mesmas forças, constitui-se uma agricultura nacional regionalmente localizada.

O impacto da expansão industrial, ao mesmo tempo que converte antigos complexos rurais em setores especificamente agrícolas, "cria" novas regiões agrícolas, ao fomentar a emigração das regiões de ocupação antiga para áreas até então desocupadas. Ao mesmo tempo, a abertura mais ampla do mercado do Sudeste à produção agrícola das outras regiões, promove uma aceleração da urbanização. Esta se funda na ampliação do setor terciário necessário para apoiar o comércio inter-regional em expansão, e no desenvolvimento de atividades industriais destinadas basicamente

ao primeiro processamento da produção agrícola encaminhada para o mercado do Sudeste.

Assim a expansão industrial e a unificação econômica "criam" novas fronteiras de expansão agrícola, das quais o Paraná foi, no período analisado, a mais conspícua.

É evidente que esta criação de fronteiras, se foi impulsionada pelos fenômenos assinalados, por outro lado foi possível devido à existência de vastas regiões desocupadas. As implicações disto são importantes no que diz respeito ao ritmo de progresso técnico da agricultura. Na medida em que a expansão da fronteira permitia a multiplicação da pequena produção agrícola pela absorção da parte da população expelida das regiões de ocupação antiga, pelo mesmo motivo ela impedia que esta parte da população se urbanizasse ou constituísse uma força de trabalho assalariada na agricultura da própria região que a expulsava. Ambas as saídas teriam contribuído para uma ampliação do mercado interno na própria região e, por consequência, no país como um todo. Nestas condições, a produtividade do trabalho teria que crescer mais aceleradamente na agricultura, exigindo-se para tanto um progresso técnico mais rápido e intenso.

Na medida em que a população expulsa migrava para novas regiões de fronteira, o índice de urbanização em cada região antiga e no país como um todo aumentava mais lentamente. Por conseguinte, a produtividade do trabalho agrícola global crescia mais lentamente, e o progresso técnico na agricultura evoluía também com mais lentidão. Em outras palavras, o mercado interno expandia-se também em ritmo menos acelerado do que faria em ou-

tras condições. Ao mesmo tempo, com a concentração industrial no Sudeste, os migrantes impossibilitados de se reproduzirem, na fronteira, como pequenos produtores, engrossavam o movimento de urbanização no Sudeste.

Assim, o mercado interno nacional crescia mais intensamente no Sudeste do que nas demais regiões. No conjunto das regiões agrícolas a produção para mercado progredia em ritmo lento, uma vez que grande parte da força de trabalho produzia pelo menos uma parte dos próprios alimentos. A massa total de produção agrícola para o mercado crescia em grande parte pela multiplicação da pequena produção, mesmo que apenas embutida na grande propriedade fundiária. Desse modo, a massa da produção destinada ao mercado podia crescer mais rapidamente do que a proporção comercializada da produção. Por outro lado, à medida que crescia a massa do produto agrícola comercializado, ampliava-se o mercado para a produção industrial. Na mesma medida expandiam-se as atividades de serviços ligadas à produção para mercado, tais como transportes, comércio, crédito, armazenagem etc. A construção civil recebeu grande impulso da expansão rodoviária e urbana. Nestas condições, as novas fronteiras agrícolas constituíam apenas formalmente a "recriação" das condições de existência das populações rurais das regiões antigas, Na verdade, constituem elas uma capítulo da expansão do mercado interno, portanto da acumulação de capital a nível nacional, contribuindo para a abertura e/ou ampliação de novos campos de aplicação de capital. As novas regiões não "reproduzem" o complexo rural antes existente nas regiões antigas, mas se constituem como extensão do "Setor agrícola" em que o complexo rural é convertido por via da penetração industrial do Sudeste e a constituição de um mercado nacional

unificado. Mas a existência de regiões desocupadas aptas a se constituírem em fronteiras de expansão permite que a expansão da agricultura se dê em bases não especificamente capitalistas ou empresariais, mas em bases pré-capitalistas. Ou seja, a estrutura de preços dos produtos agrícolas não está determinada por uma taxa de lucro mínima, na esfera da produção, mas pelas necessidades de reprodução das condições de existência pré-capitalistas vigentes na agricultura..

Pode-se intentar uma sumária esquematização da dinâmica do desenvolvimento no pós-guerra:

- 1) A conquista dos mercados regionais pela indústria do Sudeste promove:
 - a) o redirecionamento do desenvolvimento industrial nestas regiões, subordinando-o à dinâmica da acumulação do capital industrial do Sudeste;
 - b) a destruição do complexo rural, que se converte gradativamente em setor especificamente agrícola;

- 2) A população expulsa do complexo rural toma dois rumos:
 - a) vai para as cidades, sobretudo do Sudeste, onde se converte predominantemente em mão-de-obra assalariada, alimentando a expansão industrial;
 - b) ocupa as regiões de fronteira, reproduzindo a agricultura pré-capitalista das regiões de expulsão, mas nas novas condições de setor especificamente agrícola, ligado predominantemente ao Sudeste. Constitui-se, assim, em faixa de mercado adicional para o Sudeste